

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Conselho de Comunicação Social

Denis Lerrer Rosenfield

A mídia e a democracia

I. A questão democrática

Colocação do problema. O Brasil demonstra uma estranha persistência das idéias socialistas que, por todo o mundo, têm dado mostra de um progressivo desaparecimento da cena pública. Aqueles que ainda se reivindicam do socialismo seja se reivindicam da social-democracia, seja são os nostálgicos do comunismo ou do “socialismo real”. Os primeiros partem do reconhecimento da sociedade de mercado e das instituições democráticas, sendo, na verdade, o que a tradição marxista e/ou comunista denominava de “reformistas” ou “renegados”. **Não se pode, portanto, pensar uma sociedade pautada por um ideário social-democrata fora das leis do mercado, baseada no mérito e na concorrência, e fundada na idéia de que a revolução consiste numa quebra da democracia, produzindo opressão e um tipo de violência estatal.** Os segundos procuram pura e simplesmente restaurar uma sociedade baseada na violência estatal, no desaparecimento do mercado e no não respeito de instituições democráticas. Para eles, a democracia carece de valor universal, sendo, quando reconhecida, um instrumento de conquista do poder, preâmbulo de sua posterior supressão. O mercado, ao ser destruído, é preliminarmente considerado como o pior dos males, uma espécie de maldição capitalista que seria assim exorcizada.

Quando da elaboração da idéia marxista de socialismo e de comunismo por Marx e Engels, surge uma proposta que era, então, considerada generosa de transformação da sociedade capitalista, como se essa fosse incapaz de resolver os problemas sociais, estando numa condição cujo percurso anunciava a sua ruína próxima. Temos, portanto, uma idéia, que procurava se identificar à da verdadeira humanidade, uma idéia que os seus defensores diziam científica, e um diagnóstico, que seguiria essa cientificidade, segundo o qual o capitalismo sucumbiria vítima de suas próprias contradições. Ora, a realidade contrariou o diagnóstico, pondo em questão a cientificidade apregoada, que se revestia de expressões como “materialismo histórico” e “materialismo dialético”. O capitalismo não apenas não desapareceu como se fortaleceu, mostrando virtualidades insuspeitas para os seus algozes mais contundentes. **Ademais, como a experiência dos países europeus ocidentais mostra à saciedade, o capitalismo foi igualmente capaz de resolver os problemas sociais que épocas anteriores tinham sido incapazes de fazer.** Além disso, desenvolveu instituições democráticas que permitiram resolver os problemas das lutas pelo poder por vias não violentas, instituições essas fortemente apoiadas na cena pública, com a participação cada vez maior do conjunto dos cidadãos.

Esse diagnóstico, no caso o verdadeiro, demorou, porém, a ser feito, dada a influência de intelectuais, partidos políticos, sindicatos e de certos meios de comunicação, que ocultaram, durante décadas, as atrocidades cometidas em nome dessa “generosa”

proposta de transformação social. Pense-se em intelectuais do porte de Sartre, nas ações dos partidos comunistas, de seus líderes tidos por heróis, em sindicatos que seguiam ordens comunistas e nos meios de comunicação que se diziam “independentes”, tudo atribuindo a uma maquinação “capitalista” e “americana”. Nesse meio tempo, o Kominterm, órgão de relações exteriores do partido comunista da União Soviética, infiltrava seus agentes pelo mundo, afirmando os seus interesses partidários e nacionais como se fossem os verdadeiros interesses universais¹. **A realidade foi, no entanto, mais forte e, quando ruiu o muro de Berlim, em 1989, as últimas ilusões foram embora.** O que a realidade escancarava, a razão não podia mais não reconhecer. Raymond Aron tivera razão em sua polêmica contra Sartre.

O Brasil e o mundo. Alguns remanescentes, no entanto, permaneceram. Num estranho processo histórico, é como se o Brasil tivesse permanecido à margem desse processo, como se não pertencêssemos à história do mundo ou essa não tivesse nada a nos ensinar. Quando ouvimos discursos de determinados políticos, ficamos com a impressão de que nada aconteceu no mundo, ou como se o “mundo” fizesse parte de um outro “planeta”, por ora desconhecido para nós. **Os que reconhecem, pelo menos verbalmente, as atrocidades do “socialismo real”, o fazem apenas para considerá-las um mero acidente de percurso, algo que não atinge o próprio conceito de socialismo ou comunismo.** É como se o “socialismo ideal” fosse uma verdade religiosa. Veja-se, entre nós, a persistência de símbolos como Cuba, Fidel Castro e Che Guevara. Tem-se, assim, uma idéia, na verdade de tipo religioso, uma idéia teológico-política, que, em seu caráter absoluto, resiste a qualquer prova de realidade. Os que a defendem aderem religiosamente a ela. Não é casual, neste sentido, que, no Brasil, os seus adeptos provenham, em parte, de meios religiosos.

Ora, Marx e Engels não eram homens religiosos, mas de profundas convicções científicas. Toda a sua contenda com os “socialistas utópicos” estava baseada num determinado corpo teórico que deveria ser verificado pela experiência, pela prática. A própria crítica ao capitalismo fundava-se num minucioso estudo das condições reais desse regime de produção e de seus pensadores mais eminentes. Não esqueçamos que a obra principal de Marx, *O Capital*, tem o subtítulo de “Crítica da economia política”. No confronto com a filosofia de Hegel e com os economistas políticos clássicos nasce o pensamento de Marx e Engels. **Para eles, ou uma teoria se verificava por sua experiência ou era equivocada e deveria ser abandonada.** No Brasil, porém, só temos os maus discípulos de Marx, pois a religiosidade tomou o lugar da ciência e a adesão incondicional ao socialismo tomou o do pensamento. A idéia de socialismo continua a ser tida por válida e nada se considera seriamente das experiências do socialismo real².

Logo, a idéia de socialismo continua no topo mítico do que deve ser a sociedade, a qual vem acompanhada de um olhar complacente sobre todas as atrocidades em seu nome cometidas, enquanto a democracia é objeto da crítica mais mordaz, como se fosse meramente “formal”, “liberal” e “burguesa”, incapaz de resolver os problemas sociais e

¹ Cf. a esse respeito, no Brasil, o livro de William Wack (*Camaradas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993) sobre os comunistas brasileiros e suas vinculações com a então União Soviética.

² Emblemáticas, neste sentido, são as declarações de jovens líderes do MST, que defendem claramente a instalação no Brasil de um regime como o de Cuba ou o da extinta União Soviética. Cf. revista *Época*, *MST Eles querem Revolução*. Nº 268, 7 de julho de 2003. Não esqueçamos tampouco que, de uma forma mais velada, a direção do MST compartilha das mesmas idéias.

políticos e, aí sim, contra toda a evidência histórica. **Ou seja, a experiência bem sucedida dos países capitalista-democráticos é simplesmente desconsiderada, e desconsiderada em nome de uma idéia socialista que não vingou em lugar nenhum do mundo.** Mutatis mutandis, essa posição corresponde a uma postura de tipo religiosa: mede-se o mundo a partir da idéia de uma sociedade perfeita, sem considerar que: 1) as experiências feitas em seu nome foram desastrosas; b) o ser humano é de natureza desejante e egoísta, precisando dar satisfação a essas suas pulsões vitais.

Clareza intelectual. Talvez uma das mais urgentes tarefas da política brasileira consista no esclarecimento do conceito de democracia, pois agentes de cores partidárias contrapostas dele se utilizam com propósitos completamente distintos, como se não falassem a mesma linguagem, embora suas palavras sejam as mesmas. Será que falam da mesma coisa?

Sartori assinala justamente que de todos os sistemas políticos, “a democracia é o que depende de forma mais crucial da clareza mental”³. Os equívocos dos conceitos, em uma democracia, fazem, evidentemente, parte do jogo político, pois cada partido ou organização quer tirar o maior proveito possível do uso que faz das palavras. Se logramos convencer estrategicamente algumas pessoas com palavras, sem nos darmos ao trabalho de explicitarmos o seu significado, produzimos determinados efeitos que nos são proveitosos. **Pensando em tais comportamentos e conseqüências numa escalava coletiva, podemos nos dar conta da importância que se deveria conceder ao significado das palavras.** Contudo, num certo sentido, podemos considerar que, na esfera pública, essa equivocidade é inevitável, porque estamos situados precisamente no terreno da doxa, da opinião. A política não é o terreno da ciência.

Entretanto, o uso equívoco de certos conceitos, normais numa certa medida, não pode ultrapassar determinados limites que poriam em perigo o próprio uso de conceitos, equívocos ou não. Uma sociedade totalitária, por exemplo, que tudo controla, prescinde desse uso equívoco de conceitos, pois ela está baseada na violência estatal-policial com a conseqüente abolição da cena pública. Se não há opinião pública, não há porque preocupar-se com o uso equívoco dos conceitos. Se uma sociedade democrática funda-se nela e essa, por sua vez, no uso do discurso, tudo o que leva ao esclarecimento de propostas e idéias, por mais duro e penoso que seja, faz parte do seu modo de funcionamento. Devemos, porém, distinguir aqui a ambigüidade no uso corriqueiro e mesmo político dos conceitos da ambigüidade que diz respeito aos princípios do jogo democrático. **A democracia, para sobreviver, não pode pactuar com determinadas ações que ponham em questão os princípios mesmos sobre os quais se assenta.** Democracia não é libertinagem, muito menos arbítrio em relação a si mesma. Logo, todo comportamento político que conduza a um questionamento dos princípios mesmos da democracia ou, dito de outra maneira, enfraqueça as suas propriedades centrais, termina por ser, na verdade, um comportamento antidemocrático. Eis por que o esclarecimento do conceito de democracia é central para a colocação do problema da mídia e, de uma forma mais geral, para a compreensão dos processos políticos de nosso país.

A democracia é eminentemente um conceito político, que diz respeito ao modo de organização das relações de poder dentro de uma determinada sociedade. Ela não

³Sartori, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada. 1. O debate contemporâneo.* São Paulo, Ática, 1994, p. 15.

pode, tampouco, ser confundida com outras formas de organização das relações humanas, que prescindem ou não podem estar baseadas no conceito de igualdade política. Por exemplo, uma família não é uma instituição democrática, pois o seu modo de funcionamento está baseado na hierarquia. Os pais, por exemplo, não consultam os filhos para saber se esses devem ir ao médico em caso de doença ou se devem ou não ir à escola. Não há consulta ou assembléia de votantes para determinar se uma pessoa deve ou não ser tratada ou educada. Trata-se de algo hierarquicamente decidido. Da mesma maneira, quando entramos num avião não deliberamos sobre quem deve ser o piloto. Este já se encontra previamente designado por cursos feitos que lhe conferiram uma determinada aptidão, segundo uma forma de organização empresarial. Devemos, pois, evitar transferir um conceito cuja significação é política para esferas em que não funciona esse sentido específico e determinado de igualdade.

Minar os princípios. O questionamento dos princípios democráticos depende de determinadas épocas e do modo particular graças ao qual cada sociedade se representa e organiza as suas relações. **Podemos dizer, em linhas gerais, que, depois das experiências totalitárias, de cunho nazista e comunista, houve, nas sociedades ocidentais, uma valorização da democracia e dos valores e princípios sobre os quais se assenta.** Do horror dos genocídios surgiu – ou ressurgiu – uma forma – que se pretende universal – de organização das relações políticas entre os homens. O processo, porém, não foi livre de equívocos, pois os derrotados, em particular os comunistas e afins, no ato mesmo de se inclinarem diante do novo regime, o fizeram com o intuito de miná-lo no futuro. E esse ato de contrição visava a solapar as bases mesmas da democracia e começou a ser feito em nome da mesma democracia e com a utilização dos seus instrumentos⁴. Uma forma de levar a cabo esse trabalho de destruição da democracia consiste em ampliar de tal maneira o seu significado que ele termina por servir a qualquer propósito, inclusive o da supressão do regime que lhe dá sustentação. Ou seja, se o conceito de democracia se dilui, se ele se presta a qualquer finalidade, ele perde o seu significado e, ao perdê-lo, se torna um mero instrumento nas mãos daqueles que procuraram suprimir esse regime político.

Podemos também dizer que o Brasil vive um processo que, em muitos aspectos, pode ser dito de uso ambíguo dos princípios da democracia. Atualmente, por exemplo, muitos dos que eram opositores da ditadura militar sustentam, hoje, que o fizeram em nome da democracia, contra toda evidência histórica⁵. Não há traços de documentos ou propostas partidárias que defendiam a democracia como um valor universal. Pelo contrário, a proposta desses grupos consistia no estabelecimento de uma sociedade comunista no Brasil. Se a democracia veio a ser defendida, ela o foi por razões táticas, ou seja, visando ao estabelecimento de eleições baseadas em processos de livre expressão e de livre organização sindical e partidária. Ela foi valorizada como meio e não como fim em si mesma. **Historicamente, pode-se, portanto, dizer que a democracia veio a se construir como um valor universal entre nós, embora determinados atores políticos continuem a fazer dela um uso meramente instrumental.** Podemos aqui aduzir um outro exemplo: os atores que vivem reduzindo os processos democráticos à mera questão de números ou apontam para as “imperfeições” da democracia representativa, tida por formal, visando a

⁴ Ibid.: “A democracia ainda tem inimigos; mas, agora, a melhor forma de evitá-la é fazê-la em seu nome e com seu próprio nome”, p. 19.

⁵ Cf. Daniel Aarão. Entrevista concedida a Elio Gaspari.

substituí-la pela democracia participativa, são, na verdade, os que procuram miná-la por dentro. Se a questão do número fosse central na definição da democracia, deveríamos considerar os regimes totalitários como “democráticos”, dado o assentimento popular que produziram. Da mesma maneira, os que criticam o caráter “formal” da democracia ou seu caráter “liberal” são também os que a consideram uma mera forma burguesa de dominação, que deveria ser substituída por uma “outra” forma de democracia, a popular ou “direta”, na verdade dominada por um partido que se apropria do aparelho do Estado.

A força das idéias. Idéias não são produtos neutros, meros reflexos de nossos comportamentos ou de processos sócio-econômicos. Evidentemente, podemos dizer que elas expressam nossos desejos ou estão também a serviço de relações sócio-econômicas ou políticas⁶. Muitas vezes idéias são formas indiretas de satisfação dos desejos⁷. Elas são, no entanto, mais do que isso, porque conformam nossa visão do mundo. Elas atuam, por sua vez, sobre os desejos e sobre as relações sócio-econômicas. Graças a essas formas de interação, elaboram-se os processos de transformação das relações humanas, que passam a se pautar por outras concepções, idéias e ideais. Na verdade, jamais abordamos o mundo de uma forma direta, entendendo por direta uma abordagem que carecesse de idéias ou que as formasse pela primeira vez nesse contato. Sempre conhecemos a partir de determinadas idéias e concepções, que tanto exprimem nossa forma de vida como a ela conferem um determinado enfoque. **Idéias estão enraizadas em nossas formas de vida, fazem dela parte, mas constituem, por assim dizer, a sua parte racional, aquela que é capaz de elaborar justificações e conferir novos cursos às ações.** Nosso olhar do mundo é sempre conformado por uma determinada ótica, recortando determinados aspectos e descartando outros, pondo em realce certas propriedades e menosprezando outras. Aquilo que “existe”, o que consideramos como “realidade”, é produto de uma forma de atribuição. Vemos sempre o mundo a partir de uma determinada perspectiva que orienta a nossa ação e fortalece ou não nossas convicções.

A disputa por idéias torna-se central tanto para fazer progredir uma sociedade quanto para obstaculizar o seu desenvolvimento. Idéias orientam a ação num determinado sentido ou num outro. Elas podem seja liberar novos processos, seja impedi-los. Tudo depende do modo graças ao qual são formadas, elaboradas e aceitas. Por exemplo, insistir no valor do “socialismo” ou do “comunismo” pode ser um fator importante no fazer com que uma certa sociedade se imobilize, vítima de suas contradições internas ou de uma certa concepção de que o Estado deve tudo controlar, inclusive a vida particular das pessoas e as relações de mercado. Por outro lado, pensar que as relações entre o Estado e a sociedade civil devem ser redesenhadas pode ser um indicativo de que novas idéias estão sendo geradas, suscetíveis de fazerem com que as funções estatais, privadas e sociais, sejam compreendidas diferentemente, dando lugar, praticamente, a novas formas de organização das relações entre os homens. Se a sociedade e o Estado se apresentam hoje de uma determinada forma, essa configuração é o resultado de um longo processo histórico que terminou por concretizar certas idéias e não outras.

⁶ Marx. *Prefácio à Crítica da economia política*. In: Oeuvres philosophiques. Paris, Gallimard, 1982.

⁷ Hobbes, Thomas. *Leviatã*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva, Coleção os Pensadores, São Paulo, Editora Abril, 1983, e Freud, S. *Para além do Princípio do Prazer*. Rio de Janeiro, Imago e o *Malestar na Civilização*. Rio de Janeiro, Imago.

Fundamento normativo da democracia. A democracia tanto pode ser considerada como um conjunto qualquer de regras, contraposto a um outro conjunto de regras, quanto como um conjunto de regras normativamente orientado.

No primeiro caso, poderíamos fazer uso de proposições descritivas, que apresentariam quais são essas regras em uso em determinadas sociedades ocidentais, de tipo capitalista, as quais são colocadas ao lado de outras sociedades de tipo teológico-político, ou de partido único, totalmente controladas pelo Estado, e assim por diante.

Extrairíamos da observação certas regras que nos permitiriam definir uma determinada sociedade como democrática⁸ à diferença das demais. Assim, teríamos eleições periódicas, rotatividade do poder, direito das minorias que podem se tornar maioria amanhã e direitos que asseguram essa forma de participação. Entretanto, não poderíamos inferir, dessas propriedades que fazem parte do conceito de democracia assim construído, nenhum juízo de valor, como se essa forma de organização política fosse, de alguma maneira, superior a outras formas de organização política. Por exemplo, não poderíamos, nessa linha de argumentação, dizer que uma sociedade democrática é melhor do que uma sociedade comunista, ambas sendo alternativas igualmente possíveis de disputa pelo poder.

No segundo caso, introduziríamos considerações de ordem valorativa, fundadas na própria idéia democrática, permitindo assim diferenciá-la de outras formas de organização das relações de poder. Assim, dizemos que a democracia está baseada na *Declaração dos Direitos humanos*, o que introduz no fundamento dessas regras uma concepção universal de homem, independentemente de considerações de religião, cor, credo ou sexo. Trabalhada nessa perspectiva, a regra democrática é vista na perspectiva de sua justificação, de tal maneira que, em qualquer situação, **cabe sempre a pergunta sobre se uma determinada regra vale apenas para um grupo, para a sociedade como um todo ou para a humanidade no seu conjunto.** Enfocada sob essa ótica, a democracia é considerada como tendo um valor universal⁹ e não apenas instrumental. Logo, o conceito de democracia se torna indissociável dos conceitos de liberdade e de igualdade. Liberdade em suas acepções de liberdade política, de pensamento, de expressão, de imprensa, de religião, de organização sindical e partidária. Igualdade em suas acepções de igualdade de todos perante a lei, de oportunidades e de exercício dos direitos de todos.

Em conseqüência, a dificuldade de elaboração e de compreensão da democracia reside em que as regras que a constituem não são valorativamente neutras, mas embutem ideais que foram gradativamente se concretizando nas formas de organização política. Por exemplo, a ninguém ocorreria hoje, numa sociedade democrática, negar o direito de voto às mulheres. Consideramos esse direito como algo perfeitamente “natural”. Ocorre, contudo, que esse “natural” é histórico, produto de um longo percurso que fez com que, politicamente, as mulheres caíssem dentro do conceito de humanidade e dele não fossem alijadas. **Se as sociedades democráticas se fundam numa idéia universal de humanidade, uma parte dela não pode, evidentemente, ficar excluída.** Logo, esse fato, o direito universal das mulheres, é moldado por uma determinada idéia. Fatos políticos, particularmente os de sociedades democráticas, são “moldados por valores”¹⁰.

⁸ Bobbio, Norberto. *Qual socialismo?* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

⁹ Cf. Coutinho, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980. E Rosenfield, Denis L. *O que é democracia*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

¹⁰ Sartori, op. cit., p. 13.

Democracia e representatividade. A democracia é fruto de um longo aprendizado histórico¹¹, no qual se concretizaram diferentes experiências políticas, orientadas, genericamente, por um ideal, segundo o qual as lutas pelo poder, inerentes ao ser humano, poderiam ser equacionadas por meios pacíficos, via utilização de determinados procedimentos por todos reconhecidos. Remotamente, sempre se utiliza o “modelo” da Atenas clássica, como se esse pudesse ser, de alguma forma, reutilizado no mundo contemporâneo. O que a Atenas clássica nos oferece é uma idéia de regramento dos conflitos políticos, baseada numa assembleia pública que permitia o encontro e o face a face dos cidadãos, e cujas decisões, uma vez tomadas graças ao uso da razão e do discurso, passavam a ser válidas para todos. Observe-se igualmente que a escolha dos dirigentes e governantes era feita por sorteio. **Ora, as condições de exercício da democracia ateniense residiam numa pequena comunidade territorial, organizada segundo valores comuns, da filosofia à religião, passando pela arte, e numa forma de estipulação de quem era cidadão.** Sob essa ótica, as mulheres, os metecas e os escravos (ou seja, o mundo do trabalho) estavam excluídos da cidadania. Ademais, como se depreende dessa situação, não havia partidos políticos, nem eleições como as conhecemos hoje. Ou seja, a democracia ateniense só pôde vicejar, e por pouco tempo, em uma época completamente diferente da nossa. Hobbes¹², crítico mordaz dessa forma de democracia, identificada por ele como direta e não representativa, atribuía-lhe a instabilidade que vicejava nessa pólis, o seu caráter arbitrário e a responsabilidade por sua curta existência graças às lutas fratricidas que lá se desenvolveram.

A noção de democracia representativa nasce de uma constelação histórica onde confluem:

a) *o tamanho do território e a densidade populacional.* Como vimos a propósito da democracia ateniense, a sua forma de participação estava baseada num território exíguo, de baixa densidade populacional, o que viabilizava a reunião das pessoas, o conhecimento mútuo e um tipo de discussão que possibilitava o diálogo. **Pelas condições físicas, esse tipo de democracia só é viável em pequenas comunidades, de tal maneira que, cessando essas condições, essa forma democrática deixa de existir.** Nas condições dos grandes Estados, da dimensão territorial de um Brasil e cuja população soma mais de 150.000.000 de habitantes, coloca-se como uma questão incontornável a representação política, baseada na delegação de poderes. Observe-se ainda que, sob essas condições, não cabe tampouco falar de democracia direta ou participativa em cidades com centenas de milhares de habitantes, quando não de milhões;

b) *a separação entre a esfera privada e a pública.* Uma democracia de tipo direta ou participativa exige que os indivíduos ocupem-se necessariamente da política, sob pena de se virem alijados das decisões políticas ou de não terem seus interesses mais imediatos satisfeitos. **A questão poderia ser colocada de uma outra maneira: por que deveriam os cidadãos se ocupar todo o tempo de problemas políticos?** A idéia de uma politização completa da sociedade é uma idéia nova, como se fosse necessária uma revolução das relações sociais, que seria a culminação desse processo de politização. Ou seja, essa idéia vem associada a uma outra, a saber, a sociedade deveria ser submetida a um processo de “revolução cultural” cujo objetivo seria a mudança de mentalidades, condição prévia de uma mudança política mais abrangente. Ora, modernas sociedades de mercado estão

¹¹ Ibid, p. 7.

¹² Hobbes, Thomas. *De Cive*. Petrópolis, Vozes, 1993.

baseadas na idéia de que os cidadãos podem escolher participar ou não de assuntos políticos. Para isso, há a representação, onde, mediante delegação de poder, alguns indivíduos, os políticos, têm como função principal tratar da coisa pública. Os demais cidadãos, mediante processos de controle como as eleições, podem se dedicar a seus afazeres privados, tendo como único objetivo a sua satisfação material e particular;

c) *o trabalho*. Com as sociedades modernas, o trabalho deixa a esfera familiar, como era o caso na pólis grega, e toma conta das relações sociais. O trabalho torna-se uma condição mesma da sobrevivência de todos, e não somente daqueles que tinham nesta sua função única, como era o caso dos escravos. Ou seja, a sobrevivência material e, de uma forma mais abrangente, a vida em geral são consideradas não apenas como condições das relações sociais, mas o seu usufruto depende da livre escolha de cada um. **O trabalho toma conta da vida de cada um e coloca-se assim o problema do que fazer com o seu fruto e o da utilização do tempo livre.** A jornada de trabalho em todos os países desenvolvidos tende a ser cada vez menor. O entretenimento, por exemplo, é uma opção dos indivíduos que, fora da esfera do trabalho, podem dedicar-se ao que mais lhes aprouver. Se quiserem, por exemplo, escolher, na televisão, um filme, um programa de auditório ou um noticiário, essa escolha permanece estritamente individual e não pode – nem deve – ser regulamentada pelo Estado;

d) *a competição*. A moderna sociedade de mercado está baseada na competição, no mérito, de tal maneira que as condições de sucesso em muito dependem da persistência, da perseverança, da formação individual e da emulação, sob regras que exigem a atenção constante de todos. Ademais, **num mundo globalizado, o patamar de competição adquire um nível mais elevado, de tal maneira que o concorrente não é mais o indivíduo próximo, de certa forma o vizinho, mas uma pessoa ou empresa anônima que influencia as decisões de cada um.** É anônima em escala planetária. Sob essas condições, a utilização do tempo das pessoas é deixada ao arbítrio de cada um, a política podendo entrar ou não entre aquelas condições que tornam o emprego do tempo individual mais seguro e mais profíquo. Mesmo as formas ditas de orçamento participativo podem ser vistas sob essa ótica, pois, por exemplo, a limpeza de uma praça x ou a criação de uma nova creche não teriam porque depender da participação dos cidadãos. Para isso elegem prefeitos e vereadores, além de pagarem impostos que mantêm toda uma burocracia estatal;

e) *a cena pública*. Uma sociedade democrática contemporânea baseia-se em um espaço livre no qual se forma a opinião pública. Disputas partidárias, por exemplo, consistem em lutas regradas pelo poder que têm nos cidadãos os seus árbitros, os que decidirão os vencedores. As opiniões e convicções de todos os atores – e não apenas dos políticos – se formam em um espaço de confrontação e composição que tem na palavra e na imagem os seus elementos de conformação. Elaboram-se toda um conjunto de idéias e valores mediante os quais a sociedade se representa, se imagina e, assim, se pensa, tendo como resultado aquilo que viemos a considerar como o senso comum, que é tão comum quanto o denominador comum de diferentes discursos, sentimentos e imagens. **Eis por que é tão importante a conquista da opinião pública, pois graças a ela adesões se constroem e certas ações se fazem possíveis.** Pode-se, de certa maneira, dizer que a democracia representativa se caracteriza pelo modo através do qual a consciência de cada um é formada pela opinião pública e como essa se materializa via determinada delegação de poder e desenho das relações entre a sociedade civil e o Estado;

f) *a mídia*. A disputa pela consciência de cada indivíduo, tanto do ponto de vista político, quanto empresarial, torna-se assim central na perspectiva de estruturação das

sociedades contemporâneas. **A imprensa, o rádio, a televisão, o celular e a internet mudaram completamente o modo através do qual as pessoas vêem e são vistas, o modo graças ao qual se compreendem e compreendem os demais.** O mundo do face à face direto tornou-se um mundo de relações indiretas. Se durante séculos, a imprensa e os livros em geral eram o modo privilegiado de acesso à informação e às formas de vida em geral, com a transmissão rádio-visual e, mais recentemente, com o mundo digital, as formas de escuta e de visão mudaram radicalmente. Em ondas radiofônicas, as pessoas se acostumam a escutar determinados locutores e podem, via telefone, fax ou email, participar de determinados programas, produzindo assim uma forma de interatividade. Na televisão, a imagem aparece com força, tornando-se, inclusive, o “testemunho” de determinados fatos, que terminam por formar a consciência individual, o juízo que cada um faz dos outros. O pensamento estrutura-se aqui pela imagem e a sua conquista torna-se uma meta daqueles que, no Estado, procuram dar forma a certas políticas governamentais. Os grupos econômicos, por sua vez, tanto podem procurar retratar a realidade como induzir certos comportamentos, segundo determinadas estratégias, tudo dependendo do compromisso que tenham com a verdade. Na internet, esses processos são ainda mais potencializados, pois um outro elemento é introduzido: a interatividade, com meios multimidiáticos, graças ao uso do computador. Eis por que a luta pelo controle e regulamentação desses meios de comunicação se torna uma das matérias mais candentes da discussão atual.

Democracia de referendo. O desenvolvimento dos modernos meios de comunicação, sobretudo com a interatividade, recoloca-se a questão de que “muitos” ou “todos” poderiam decidir sobre assuntos concretos se fossem consultados. “O espaço digital” seria aqui um substitutivo do “espaço geográfico”, viabilizando uma outra forma de participação. A democracia de referendo seria um tipo de democracia direta que poderia vir a realizar-se em sociedades contemporâneas, na medida em que ela permite superar a questão geográfica e populacional que impediam uma decisão autônoma do indivíduo no que diz respeito aos problemas centrais da política. **O problema, contudo, reside nesse tipo de participação com suas condições específicas, pois não é a mesma coisa, por exemplo, que os cidadãos de um país decidam sobre grandes temas específicos, produtos de uma longa discussão, e a prática por assim dizer usual e cotidiana do referendo, que introduziria outras questões.** No primeiro caso, a participação por referendo seria um complemento da democracia representativa em assuntos de alta mobilização e importância, sem que as condições da representação fossem alteradas. No segundo caso, haveria uma completa modificação dessas condições, com a própria transformação, senão abolição, da democracia representativa.

Os problemas aqui residiriam em que: a) a decisão caberia a indivíduos isolados que não interagiriam com os demais, como era o caso da democracia ateniense. **Um indivíduo atomizado, confrontado com sua própria máquina, decidiria a partir daquilo que lhe foi colocado ou imposto, sem que houvesse uma troca de opiniões.** Não esqueçamos que a troca de opiniões seria uma condição da participação direta. Um indivíduo numa tal posição seria particularmente manipulável por aqueles formadores de opinião que elaborariam as questões a serem decididas e as suas condições. Perde-se o processo da interação, do face a face, capaz de alterar as opiniões individuais, dando lugar a um processo de elaboração coletivo¹³, particularmente sujeito ao controle político-midiático; b)

¹³ Sartori, op. cit., p. 157.

os indivíduos poderiam ser assim facilmente manipuláveis por processos de resposta imediata a impulsos midiáticos, que suprimiriam o tempo necessário à formação do pensamento e à elaboração do juízo. Ademais, com o predomínio da imagem, a realidade vista se sobrepujaria às realidades não vistas, que constituem o terreno próprio da política. Por exemplo, ninguém “vê” a liberdade embora ela seja um princípio que norteia a ação ou deveria norteá-la. Ou seja, poder-se-ia criar um sistema de estímulo/resposta que faria a economia da reflexão, abrindo espaço para uma maior independência da versão sobre os fatos versados. **A participação política poderia tornar-se uma espécie de behaviorismo político, reduzindo o comportamento humano a um sistema de estímulo digital que se apresentaria como “livre”;** c) a participação individual seria, num grande país, completamente diluída, de tal maneira que os ganhos da relação dita direta seriam contrabalançados por uma menor participação¹⁴, pois a atomização seria levada ao seu extremo. **O conjunto dos cidadãos seria um conjunto de indivíduos ainda mais isolados uns dos outros, que perderiam o trabalho da mediação política realizado pelo governo representativo.** Não esqueçamos que eleições são o produto de um longo processo de formação da opinião pública que passa por partidos políticos, por instâncias representativas como o parlamento e o judiciário e pelos meios de comunicação. Logo, não se poderia dizer que a democracia de referendo seja participativa nem representativa, por ser suprimida essa forma de intermediação; d) os direitos das minorias terminariam por não ser reconhecidos, na medida em que não se constitui um espaço público, representativo, onde esses direitos poderiam se afirmar. Maioria e minoria seriam apenas nomes que qualificariam “vitoriosos” e “derrotados” virtuais num processo extremamente volátil, que não permitiriam a sua consolidação e superação. Ou seja, perder-se-ia precisamente a forma de constituição dos “direitos” das minorias, pois essas sobrepujariam possivelmente, num segundo momento, a “maioria” anteriormente constituída. **Pode-se dizer que uma democracia de referendo seria uma democracia de maiorias voláteis, suscetível de ser controlada diretamente por pequenos grupos que controlariam os meios de comunicação, o que poderia levar, a longo prazo, à supressão da própria competitividade.** A “volatilidade” termina por apagar a distinção entre “maioria” e “minorias” com os direitos e instituições a ela relacionados.

Três posições sobre a democracia. Vejamos sucintamente três posições sobre a democracia, para que possamos melhor avaliar o que está em questão:

1. *Aristóteles.* Aristóteles¹⁵ dividia os regimes políticos em três tipos, cada um tendo, por sua vez, uma forma degradada. Havia os “bons regimes políticos”, aos quais correspondiam a monarquia, ou governo do melhor, a aristocracia, ou governo dos melhores, e a “politéia” (república seria talvez uma tradução adequada), ou governo da maioria, entendida como os melhores em número muito elevado. A consideração normativa era determinada pela “causa final”, ou seja, a finalidade constitutiva da pólis enquanto voltada para a realização do bem comum, independentemente de que fosse conduzida por um, por alguns ou pela maioria. **Em todo caso, a questão dos “melhores” e a da “boa” cidade não poderiam ser escamoteadas, sob pena de que a pólis já não mais realizasse a sua finalidade, o**

¹⁴ Ibid, p. 159.

¹⁵ Aristóteles. *Política* I. The Complete Works of Aristotle, The Revised Oxford Translation. Princeton/Bollingen Series LXXXI, 1, 1995. Org. H. Barnes. Cf. também meu livro *Lições de filosofia política*. Porto Alegre, L & PM, 1996.

que seria equivalente a que os seus membros voltassem a um estágio pré-político, digamos pré-cultural, caracterizado pelo jogo bruto da violência. Assim, as formas degradadas dos “bons” regimes políticos se caracterizavam pelo uso indiscriminado da violência, seja em proveito de um, de alguns ou da maioria, correspondendo, respectivamente, à tirania, à oligarquia e à democracia. Segundo sua formulação, a democracia nada mais seria do que o despotismo da maioria, conduzida por demagogos que em seu nome falam. Ou ainda, a democracia poderia ser também definida como o governo dos demagogos, dos mestres do discurso;

2. *Hobbes*. Confrontado a essa formulação, Hobbes¹⁶, leitor atento de Aristóteles, a considerou como infundada, pois os regimes políticos não se caracterizam por uma consideração de ordem valorativa, sempre difícil de se determinar. **Os regimes políticos se definem apenas por uma questão de nome, envolvendo, descritivamente, o governo de um, o governo de alguns ou o governo de muitos ou da maioria.** Desaparece, então, a distinção aristotélica entre “bons” e “maus” regimes, tudo dependendo de um ato de nomeação dos que se sentem, por exemplo, descontentes e empregam, assim, um termo que consideram pejorativo. Por exemplo, os descontentes com o governo de um só o consideram uma “tirania”. Os que lhe são favoráveis o consideram uma monarquia e assim por diante. No entanto, Hobbes introduziu um outro critério de discriminação dos regimes políticos, partindo de uma definição do Estado, cuja finalidade consiste em assegurar a paz pública e em evitar a morte violenta. Se o Estado cumpre essa sua função central, tanto faz que ele seja governado por um, por alguns ou pela maioria. Poderíamos mesmo dizer que essa é uma questão empírica, dependente do modo mediante o qual cada sociedade, segundo sua história e sua forma de representação de si, organiza as suas relações de poder. Em todo caso, sublinhemos que Hobbes, ao tratar da democracia, não visa ao que entendemos por democracia representativa, mas sim à forma ateniense de democracia direta. Para ele, com efeito, a democracia ateniense era um regime político que produzia a instabilidade institucional, sendo essa, na verdade, a causa de sua vida curta. Insistamos sobre esse ponto: a democracia, para Hobbes, corresponde à forma direta, desorganizada e instável da participação, para ele fonte inesgotável de conflitos, e se tornando, portanto, incapaz de assegurar a segurança pública. Em sua concepção, a democracia representativa corresponderia a uma forma de delegação ordenada de poder, com formas estritas de controle, que poderiam desembocar seja no governo de um (presidente da república, por exemplo), de alguns (um conselho ou governo parlamentar) ou da maioria (numa modalidade mais complexa de estabelecimento);

3. *Hegel*. Hegel¹⁷, por sua vez, era claramente partidário de um governo representativo, baseado numa divisão de poderes que convergia na figura do monarca, a quem cabia a decisão final dos assuntos de governo. Na verdade, ele procura apresentar uma forma de organização política do Estado que leve em conta tanto a questão do número, quanto a dos melhores. Eis por que ele atribuirá tanta importância à cultura, à formação do homem. A sociedade deveria se articular ao Estado segundo instâncias representativas, que permeariam as relações sociais e políticas, reservando a cada uma delas funções definidas, sem que uma pudesse usurpar ou se sobrepor às das outras. Ele não aceita a atomização própria da sociedade moderna, que retira o indivíduo do seu grupo familiar, social e profissional. Neste sentido, pode-se dizer que as esferas sociais, jurídicas, policiais e, mais

¹⁶ Hobbes, op. cit.

¹⁷ Hegel. *Princípios da Filosofia do direito*. Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, 1971.

propriamente, de governo guardam as suas esferas próprias de atuação, todas concorrendo à conservação do Estado e da sociedade no seu conjunto. Na esteira de Hobbes, cabe ao Estado assegurar a paz pública, evitando que os homens caiam no estado de natureza, na guerra de todos contra todos, o que pode produzir-se em tempos de guerra civil ou de guerra entre Estados.

Muito se tem dito de sua posição anti-democrática sem que se dê a atenção devida ao que ele entende por democracia. **Para ele, democracia significa democracia direta¹⁸, ou seja, a eliminação das formas representativas que instaura uma forma de governo despótico, sem as correspondentes mediações sociais e políticas.** Mais especificamente, ele tinha em mente a “ditadura jacobina”, ou seja, o governo do terror sob Robespierre. Logo, a equação era constituída pelos termos democracia, democracia direta e terror jacobino. O descontrole revolucionário era identificado à democracia direta, ou àqueles que falavam em nome do povo e impediam que surgisse um Estado capaz de organizar as relações políticas entre os homens, evitando o uso indiscriminado e arbitrário da violência. Por sua vez, as formas do governo livre eram a monarquia constitucional e a república, baseadas em regras e instituições que estruturavam representativamente as relações sociais e políticas.

O governo do povo. O que pode bem significar essa expressão, senão que ela se apóia sobre uma ficção, uma espécie de operador que nos permite identificar, segundo a concepção vigente, aqueles que “deveriam” governar. Ou seja, segundo uma determinada concepção de povo, viremos a organizar um tipo determinado de “governo”. **Isto é mais ou menos equivalente a dizer que o governo do povo é o governo feito a partir de uma certa definição, na verdade um nome, que serve às mais distintas conveniências políticas.** Esse equívoco proveniente da palavra “demo” se deve a que nem o percebemos mais, pois há uma certa tendência enraizada em nosso senso comum de que o povo é constituído por uma classe ou grupo social mais desfavorecido. Se explorarmos, porém, o seu significado, veremos que sua definição se torna progressivamente mais problemática, podendo surgir um descompasso entre aquilo que consideramos como democracia e uma certa concepção de povo veiculada ao lado ou separadamente dessa consideração¹⁹.

A grande dificuldade consiste em determinar “quem é o povo”²⁰, pois essa palavra abriga uma multiplicidade de conotações, cada uma delas podendo dar lugar a posicionamentos distintos, alguns conduzindo mesmo à negação da democracia. Se tomarmos as acepções correntes de “povo”, veremos que a discordância surge assim que procuramos definir mais precisamente essa palavra. “Povo” pode ser tomado como significando os “trabalhadores”, os “desfavorecidos”, os “excluídos”, ou ainda, a “maioria” de um determinado país.

O significado de “trabalhadores” é difícil de circunscrever. Se um partido se diz “dos trabalhadores”, ao que se visa com tal expressão? Trabalhadores significam apenas trabalhadores manuais, de uma indústria automobilística, por exemplo, ou trabalhadores de um escritório de informática, cujos salários são bem superiores aos de uma indústria como a mencionada? O que os une do ponto de vista de seus interesses? Desempregados, por sua vez, não são “trabalhadores”, senão potencialmente, por estarem excluídos do mercado do

¹⁸ Hegel. “Reformbill”. In: *Politische Schriften*. Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, 1966.

¹⁹ Sartori, op.cit., p. 40-59, sobre o significado da palavra povo.

²⁰ Cf. para uma excelente colocação desse problema, Sartori. *Ibid.*, p. 40-58.

trabalho. Neste caso, um partido desse tipo não responderia aos interesses dos “desempregados”? Ou os “trabalhadores” são os funcionários públicos, alguns dos quais têm privilégios corporativos que são recusados a outros trabalhadores. Estamos, então, utilizando o conceito de trabalhadores de uma maneira equívoca. E profissionais liberais, médicos e advogados, por exemplo, são também “trabalhadores”. Se o salário de uns for 100 vezes o salário mínimo de outros, podemos dizer que são “trabalhadores” no mesmo sentido? Empresários seriam ainda considerados “trabalhadores” ou não? O que denota o conceito trabalhadores?

Se dissermos que o “povo” é constituído pelos “desfavorecidos” ou “excluídos”, estaremos utilizando essa palavra em uma outra acepção. Diremos que ela representa uma fração da população que excluiria, por sua vez, o conjunto dos funcionários públicos, dos trabalhadores sindicalizados, dos profissionais liberais, de profissionais autônomos, dos professores, dos militantes partidários orgânicos e dos empresários. Ficaríamos com uma franja populacional que excluiria uma outra parte da mesma população por esta cair sob uma outra acepção de povo. **Poderíamos ter assim um “governo do povo” contra uma ampla parte da população, inclusive de trabalhadores, que não poderia, por definição, fazer parte deste poder.** Em suma, uma espécie de “povo” contra “povo”. Os conceitos orientam as formas mediante as quais se estruturam as relações de poder.

Se dissermos que o governo democrático ou governo do povo é o governo da maioria, nos defrontaremos com o problema de determinar como se constitui essa maioria, sem a desvantagem de uma definição que cobriria somente uma parte da população como povo. **A constituição dessa maioria poderia, portanto, ter como condição um mero conjunto de indivíduos, que estabeleceria a base possível de um cálculo.** Neste caso, coloca-se a questão de como os indivíduos, enquanto indivíduos, podem ser consultados no que diz respeito aos assuntos políticos. Temos, então, a vantagem de prescindir de uma definição, cujo modo de elaboração poria em marcha aqueles que controlam essa definição e dizem falar em seu nome. Com o recurso do cálculo baseado em individualidades independentes, as eleições se tornam momentos de constituição dessas maiorias, onde se misturam, enquanto indivíduos e não como todos orgânicos, “trabalhadores”, “desfavorecidos”, “excluídos”, “não trabalhadores”, “favorecidos” e “incluídos” em torno de um determinado procedimento de escolha de políticas governamentais e de dirigentes.

Os regimes totalitários foram o exemplo mais claro do que significa um grupo de políticos, organizado em um partido centralizado, falar em nome do todo. Os comunistas, em particular, foram os mestres desta arte de discurso. Em nome de uma abstração, de uma ficção, no caso a de representarem os “proletários” ou, mais usualmente hoje, o “povo” ou os “excluídos”, eles terminaram por usurpar o poder do Estado sem nenhum tipo de controle e voltando, inclusive, a violência contra os mesmos “proletários” ou “povo” que diziam representar. Em sua caminhada para o poder e, depois, no seu exercício, eles vieram a controlar totalmente os meios de comunicação como instrumento mesmo de sua dominação. **Os mestres da palavra, os demagogos, viram nos meios de comunicação o modo mais apropriado de conquista e de conservação do poder, pois, assim, controlavam as consciências de todos, impondo-se, simultaneamente, como os “representantes” do povo.**

Como estava proibido qualquer meio de verificação dessa “representação auto-outorgada”, a mensagem difundida radiofonicamente, por meio da imprensa e televisivamente, com a ajuda de imagens, quando este meio foi criado em alguns países que mantinham ainda um regime totalitário ou aparentado, tornou-se uma condição do exercício

deste tipo de poder. Nestes regimes, eleições não eram “necessárias”, pois os dirigentes se diziam ser o povo: eles “eram” o povo. Logo, bastava a eles se consultarem. Na Alemanha nazista havia também um completo controle da população via rádio, de tal maneira que ocorria uma completa identificação entre o “Führer” e o “povo”. Fidel Castro, por sua vez, consulta apenas a si mesmo e aos seus colegas do politburo, alguns parentes seus, como o próprio ministro da Defesa, Raul Castro. Neste sentido ainda mais restrito, a própria “família” pode ser o setor central do povo. O exemplo da Coreia do Norte é particularmente eloqüente neste sentido, pois o poder se transmite hereditariamente lá. As ditaduras direitistas da América Latina seguem um processo do mesmo tipo. **Eis por que eles proibem eleições livres, pois essas romperiam com essa identificação entre “o povo” e a “elite partidária”, introduzindo numa cena feita assim pública novos atores.**

Esse tipo de poder apóia-se numa ilimitação, numa ausência de controle, de tal maneira que os seus detentores não são propriamente “representantes”, pois há em curso uma identificação entre o dizer-se poder e o ser poder. **Quando um poder se exerce em nome do povo e esse “em nome de” é apropriado por uma elite partidária que se atribui essa forma de dizer, todos os que não fazem parte desse enunciado tornam-se adversários e virtuais inimigos.** O poder que se pretende absoluto não admite forma nenhuma de contestação e, menos ainda, aquela que pode minar os seus próprios fundamentos. Se observarmos o dizer daqueles que procuram implantar, em dimensões nacionais, uma forma de “democracia direta”, impossível por definição, como vimos, em países de ampla extensão territorial e grande densidade populacional, constataremos que eles visam, na verdade, a uma autonomização dessa fala, desse discurso, de tal maneira que possam se apresentar como os verdadeiros democratas, no ato mesmo de eliminação das formas indiretas de representação. “Democratas” contra a democracia.

O “povo”, uma vez abandonada essa forma de consideração, pode ser visto como um conceito que permite adotar uma regra de procedimento para definir uma certa maioria sob certas condições históricas e políticas. A sua condição, no entanto, reside em que se deixe de lado uma formulação unitária de povo, como significando um determinado grupo populacional à exclusão de outros, e se adote uma outra concepção, a saber, a de que o governo do povo é o governo de uma certa maioria constituída por indivíduos que decidem, qua indivíduos, os assuntos políticos em processos eleitorais, que pressupõem determinadas condições de exercício da liberdade. **Os indivíduos votam em situações sempre mutáveis, de tal maneira que uma maioria, hoje formada, pode tornar-se minoria amanhã.** Faz-se preciso, entretanto, para que esse jogo eleitoral possa ter lugar, regras que assegurem a todos os mesmos direitos para que esse jogo eleitoral possa ter lugar. “Povo” torna-se assim uma regra de procedimento eleitoral, que envolve certas condições como liberdade de expressão, pluralismo de propostas e liberdade de organização política. Eis por que os meios de comunicação não podem ser controlados pelo Estado, embora fiquem a mercê de forças políticas e econômicas que procuram trazer para o seu lado os resultados eleitorais. De qualquer maneira, regras são adotadas com o intuito de permitirem, por mudança de opinião dos indivíduos, a reconstituição de novas maiorias via defesa dos direitos de minorias que, amanhã, podem, por exemplo, ganhar uma eleição, alterando a relação de poder vigente.

Logo, chega-se, por essa via, à concepção de um governo representativo, que limite o poder e estabeleça meios de revogação daqueles que o exercem sob as condições de uma maioria estabelecida segundo circunstâncias determinadas. O poder, nessas condições, não pode ser um governo absoluto, pois o seu exercício depende de formas de controle, de

regras, que estabelecem, periodicamente, formas de verificação de novas maiorias por intermédio da eleição dos mesmos ou de novos representantes. Todo o processo, inclusive nos interstícios eleitorais, consiste, no seu aspecto político, em estabelecer formas de validação ou de contestação dos que, neste momento, exercem o poder, dos que estão em posse – por definição provisória – da representação. **Jamais se deve abandonar a concepção de que o povo, organicamente, não passa de uma ficção, a sua função consistindo em uma regra, em um procedimento, apoiada numa idéia aberta à sua reformulação e recontextualização.** Por exemplo, numa determinada época, a idéia de povo excluía as mulheres, em outra, as incluiu, o que altera, e decisivamente, uma apuração eleitoral com o comparecimento de outras cidadãs, que são doravante objeto de uma adesão possível, objeto de convencimento de uma determinada proposta política.

Opinião pública e crença. A opinião pode perder a sua volatilidade quando se ancora na crença²¹ e deixa de ser propriamente opinião para ser um conjunto fixo e imutável de valores que não admite contestação. Com efeito, a opinião se distingue da episteme, do saber, do conhecimento científico, por carecer de uma comprovação, que é levada a cabo por este último através de provas e demonstrações. No caso da matemática, de uma forma *a priori* e, no caso das ciências experimentais, de uma forma *a posteriori*. Quando se tem uma opinião, não necessariamente esta é ou pode ser objeto de demonstração. Pode-se, portanto, dizer que opiniões são formas fracas de conhecimento, que podem se tornar fortes mediante procedimentos demonstrativos, o que as elevaria a uma forma propriamente dita de conhecimento. **No que diz respeito à opinião pública, que se trata de um ente coletivo, não temos o recurso da demonstração ou da prova, pois o que esse ente coletivo se representa como verdade ou realidade é algo exposto a um número virtualmente infinito de fatores que o torna essencialmente mutável.** Num mundo digital, essa complexidade é ainda maior, pois as formas de influenciar a opinião pública por intermédio dos meios de comunicação de massa são cada vez maiores. Não é possível falar de opinião pública “científica” ou de conhecimento científico público no que tange à organização política dos homens.

O próprio da opinião pública é ser mutante, não sendo possível eliminar o que é essa sua característica própria, estruturante de uma cena democrática. Num certo sentido, ela compartilha, com o conhecimento científico, a propriedade de mudar, de verificar, de ir atrás da verdade, produzindo a dúvida e o que poderíamos denominar um saudável ceticismo. Se nossas representações são cambiantes, se nossas representações são mutáveis, esses processos poderiam conduzir a uma posição intelectual de cautela diante daquilo que procura se apresentar como definitivo ou como a verdade acabada. A opinião pública poderia preencher precisamente essa função de ser considerada uma forma de sabedoria, a que reluta em acreditar em qualquer coisa, salvo naquela que pode ser cientificamente provada, tendo, portanto, passado por mentes racionais, livres, que exerceram e continuam exercendo o direito de duvidar. Ora, o perigo que ronda a opinião pública é, porém, outro, o das verdades pretensamente definitivas, o dos dogmas, o das crenças indubitáveis, o da eliminação desse seu caráter mutante. Em consequência, quando o político comparece na opinião pública sob a forma de crenças definitivas, quando o

²¹ Sartori, Giovanni. *Homo videns. Televisão e pós-pensamento*. Bauru, Edusc, 2001, p. 53. “Quando, porém, tais opiniões se tornam convicções profundas e profundamente radicadas, então devem ser chamadas de crenças...”.

religioso em suas formas mundanas toma conta da representação das pessoas, corre-se o risco de que a opinião pública se torne crença pública e a democracia cesse de existir.

Eleições e liberdade de opinião. Acostumamo-nos com o ritual das eleições como fazendo parte de uma regra fundamental de sociedades democráticas. A sua importância é de tal maneira crescente nas sociedades contemporâneas que até regimes ditatoriais se vêm na necessidade de recorrer a ela como forma de legitimação tanto interna quanto externa. Até em Cuba há “eleições”. Esses arremedos de “eleições” se traduzem via de regra por “aprovações” quase unânimes dos ditadores via falsificação de resultados e ausência das condições que fazem com que uma eleição possa ser verdadeiramente democrática, a saber, pluralidade de partidos, liberdade de organização política e, sobretudo, direito irrestrito à informação, num livre jogo de formação da opinião pública. **“O poder de eleger é per se uma garantia mecânica da democracia; a garantia essencial é constituída pelas condições em que o cidadão obtém as informações e é exposto à pressão dos formadores de opinião”**²².

Coloca-se como questão central do exercício da democracia o acesso à informação, a pluralidade de fontes e o direito de cada um de fazer ou não uso de suas prerrogativas políticas. Mais genericamente, **a questão reside em que uma sociedade democrática deve estar assentada na liberdade, sob pena de perder progressivamente as propriedades que a caracterizam.** E a liberdade em sociedades midiáticas, na era digital, está intimamente associada ao direito de opinião e ao modo em que essa é constituída, onde entram em jogo seus elementos e condições. Entre esses, destacam-se os meios de comunicação, a sua forma de propriedade, a relação da sociedade com o Estado, as fontes de programação e seus modos de regulamentação. A res publica contemporânea é uma res midiática.

Isto significa que a coisa pública, contemporaneamente, depende ainda mais da maneira mediante a qual ela é dita, vista e ouvida, num fluxo de informações jamais visto na história da humanidade. A coisa pública encontra-se progressivamente suspensa a um modo de dizer, ver e ouvir de extrema volatilidade, configurando o pensamento de múltiplas maneiras e submetendo-o a mudanças incessantes, sem que se saiba ao certo, muitas vezes, do que se está falando. Ou seja, em sociedades midiáticas, o espaço para rumores e versões as mais disparatas é progressivamente maior, tornando difícil confrontar o fato com a versão, pois basta a manipulação de uma imagem para que o olhar se desloque para um outro pensamento. **Sociedades midiáticas são muito mais propensas a versões e a manipulações.**

A formação da opinião pública. Para caracterizar a formação da opinião pública, Sartori retoma uma imagem de Deutsch, segundo o qual essa formação se faz sob o modelo de uma cascata, constituída de vários níveis que constituem piscinas, onde as opiniões são elaboradas, alteradas, sempre segundo diferentes prismas, até a chegada final nos indivíduos receptores e/ou agentes no processo de dar ou não acolhida ao que foi assim transmitido. Entenda-se a transmissão como alteração, transformação contínua, de cuja variabilidade surge aquilo que denominamos opinião pública. **Uma sociedade democrática faz coexistir esses diferentes níveis que interagem a partir dos meios de comunicação**

²² Sartori, *Democracia*, p. 124.

de massa. Pode-se, neste sentido, dizer, que os meios de comunicação de massa e os formadores de opinião²³ constituem duas “piscinas” centrais desse sistema de cascata.

Ocorre que essas “piscinas”, num mundo globalizado, operam simultaneamente em vários lugares, de tal modo que se poderia dizer, à escala planetária, que cada uma delas é o desaguadouro de outras piscinas que não fazem necessariamente parte de um mesmo sistema de cascata. Os meios de comunicação em um mundo digital são de propriedade muitas vezes multinacional, com sistema cruzado de acionistas, refletindo os interesses tanto de um grupo local quanto de outro país ou países, senão os dois simultaneamente. Os formadores de opinião, embora se expressem na língua de um país determinado, lêem, vêem ou escutam notícias em vários idiomas, segundo um sistema que forma a sua própria opinião dentro de uma escolha particular de televisões, rádios, jornais, revistas e internet.

Os vasos comunicantes são virtualmente infinitos. Pode-se mesmo falar de um certo abismo da informação, dada a sua enorme potencialidade e diversificação. Se tomarmos, num caso como o Brasil, o sistema de televisão aberto e fechado, nem a língua é única, pois se o português é a língua falada no sistema aberto, o inglês, o espanhol, o francês e o alemão comparecem no fechado. Expressa-se aqui um outro enfoque cultural, próprio do feitio de cada um desses idiomas e do modo de vida de cada um desses países. Se hoje, no Brasil, boa parte da discussão se centra na regulamentação da televisão aberta, qualquer decisão nessa área é necessariamente provisória, dado o avanço da televisão fechada. Nos EUA, por exemplo, mais de 85% dos lares têm televisão fechada, enquanto, no Brasil, situa-se em 7,5%, contando Cabo, DTH e MMDS. A TV a Cabo conta com 2.1 milhão de assinantes, com o percentual de 4,5%²⁴.

Assinalemos igualmente que a formação da opinião pública se faz por agentes locais²⁵, que submetem as informações recebidas à sua própria forma de elaboração, visando a um público muito mais próximo e muito menos atomizado. **A mídia e os agentes locais estão intimamente associados às comunidades às quais pertencem.** Pense-se, por exemplo, na multiplicidade de rádios e jornais locais em pequenas e médias cidades, que obedecem a seus próprios interesses e enfoques. O prisma local não é necessariamente o regional, o nacional e o internacional, o que ajuda a relativizar a onipresença de uma única imagem ou idéia central numa sociedade livre, submetida precisamente à confluência desses diferentes prismas e modos de recebimento.

A piscina universitária. As universidades constituem, por sua vez, piscinas nesse sistema de cascatas que compõe a opinião pública. **Elas são, nas sociedades contemporâneas, um dos lugares privilegiados de formação dos formadores de opinião.** Dela saem os educadores, que terão papel decisivo na formação das consciências infantis, juvenis e dos próprios estudantes universitários. Da mesma maneira, os profissionais da mídia são, via-de-regra, formados em universidades, seja em escolas de jornalismo, seja em outros institutos e faculdades, onde se forma também uma certa concepção de mundo e da cultura, que virá a orientar a própria atividade jornalística e midiática em geral. E essa formação terá um curso próprio no dia a dia da atividade

²³ Ibid., p. 133

²⁴ Trata-se de 3,5 milhões de assinantes segundo dados ABTA, setembro de 2003, de um total de 46 milhões de domicílios com TV no país, conforme o IBGE.

²⁵ Ibid., p. 133.

profissional, independente freqüentemente daquela que poderia vir a ser a orientação desejada do proprietário de um meio de comunicação determinado.

Tomemos o caso do Brasil. Nas universidades brasileiras, com particular destaque para as universidades públicas, reina incontestemente um predomínio do que poderíamos qualificar genericamente de idéias de “esquerda”. Políticos em campanha, que não defendem essas posições, raramente se aventuram nos campi universitários. O próprio Ministro da Educação Paulo Renato, do governo FHC, não visitava as universidades, o que é bastante revelador do clima então instaurado. **A irradiação universitária tem sido tão importante que ela chega, inclusive, a contrarrestar o que poderia ser a opinião, por exemplo, dos proprietários dos meios de comunicação.** Tomemos o caso das últimas eleições presidenciais, com a vitória de Lula. Digamos, como é “denunciado” por intelectuais de esquerda, que os grandes proprietários da mídia foram contra o candidato do PT e admitamos uma condição dessa “denúncia”, a saber, que esses proprietários não seriam apenas uma piscina desse sistema de cascata, mas um grande lago no qual desaguiariam todas as piscinas. Se essa formulação fosse correta, jamais Lula teria sido eleito presidente da república. Há, portanto, uma autonomia dessa piscina no processo de formação da opinião pública que a torna independente de uma outra piscina, a dos proprietários dos meios de comunicação.

Ora, o que temos observado é que a piscina universitária tem sido fortemente influenciada por posições partidárias, o que termina também repercutindo nas salas de redação da mídia em geral, ou seja, essas salas de redação sofrem uma forte influência de partidos políticos, à revelia, digamos, das posições próprias dos proprietários desses mesmos meios de comunicação. A questão que se poderia, por sua vez, colocar é a de se a universidade não perde uma de suas funções básicas ao se perfilar majoritariamente a uma postura partidária particular. **Sabemos que a tarefa fundamental da universidade consiste em voltar-se para o conhecimento, e um tipo de conhecimento determinado, cuja característica básica é a sua pretensão de validade universal.**

A doutrinação educacional. As escolas de ensino básico e médio, públicas e privadas, seguem normalmente livros textos, didáticos e para-didáticos, que moldam a mente de nossas crianças e jovens. Neles, termina por se plasmar uma determinada concepção da história, do mundo, das relações humanas, da cultura, da sociedade e da política. Muito daquilo que hoje “vemos”, é produto dessas visões que nos foram inculcadas. **Um olhar, mesmo superficial, desses textos mostra um claro viés doutrinário, privilegiando o marxismo em geral, aí incluindo as suas formas vulgarizadas, tais como correspondem à decadência teórica dessa concepção no transcurso do século XX.** O Brasil, curiosamente, coloca como novidade interpretativa o que, nos países em que a influência comunista foi mais importante, como a França, é hoje considerado ultrapassado como visão da história ou da educação. Pode-se dizer que a educação brasileira é permeada por um forte viés de esquerda, particularmente presente entre os professores de pedagogia e história²⁶. Os primeiros, repetidores de Paulo Freire e tendo feito como esse uma “escolha” pelo “oprimidos”, terminaram por produzir um comprometimento doutrinário e partidário nas escolas brasileiras. Em nome da liberação,

²⁶ Cf. Hayek, F. “History and Politics” in *Capitalism and the Historians*. The University of Chicago Press, 1954, p. 3-29. “The Intellectuals and Socialism”, in *Studies in Philosophy, Politics and Economics*, 1949, p. 178-194.

procuram sufocar a liberdade. Faculdades de pedagogia se desenvolvem pelo país afora segundo um mesmo modelo doutrinário dominante, o que explica em boa medida a simpatia que o MST encontra no magistério e nos estudantes. Os segundos são responsáveis por livros textos de forte conotação marxista, que privilegiam essa abordagem em todos os períodos históricos apresentados. Até a revolução inglesa, de conotação fundamentalmente político-religiosa, é “explicada” em termos “econômicos”. É nítida a postura de posições anticapitalistas que estruturam a maior parte desses textos, o que termina reforçando o caráter doutrinário e não livre da educação. Neste sentido, pode-se dizer que a educação brasileira já se faz enviesada doutrinariamente, o que tem repercussões decisivas na formação da opinião pública.

Estrutura dos meios de comunicação. Sartori assinala justamente que as “condições que permitem uma opinião pública relativamente autônoma podem ser resumidas em dois títulos: a) um sistema de educação que não seja um sistema de doutrinação; e b) uma estrutura global de centros de influência e informação plurais e diversos”²⁷. **A diversidade de enfoques e abordagens nos diferentes meios de comunicação é uma condição central de uma opinião pública autônoma, confrontada à pluralidade das influências.** Isto implica a boa formação de jornalistas e uma pluralidade de proprietários, o que não significa necessariamente a diluição da propriedade, sobretudo numa sociedade capitalista estruturada segundo a acumulação de capital, que obedece inclusive a imperativos tecnológicos. No que diz respeito à formação de jornalistas, defrontamo-nos aqui com uma questão de cultura, de formação, que não pode ficar limitada, como é o caso ainda no Brasil, à formação obrigatória desses profissionais em escolas de jornalismo. Um bom jornalista econômico se forma numa escola de jornalismo ou em uma faculdade de economia? Ademais, devemos ter presente a doutrinação existente em boa parte desses centros de formação, tendo como resultado comprometimentos ideológicos em redações, que deveriam ter uma maior fidelidade à verdade, aos fatos. Análises deveriam ser mais imparciais ou, pelo menos, permeadas por confrontações baseadas em outros enfoques. No que diz respeito à pluralidade de proprietários, deveria haver entre esses uma competição semelhante à dada pelas condições do mercado²⁸, onde se faça a luta por audiência, publicidade, segundo o desempenho de cada empresa ou meio de comunicação. Pode-se, neste sentido, dizer que não há sociedade livre sem economia de mercado e, mais precisamente, não há comunicação livre sem o mercado da comunicação. A competição estabelece formas públicas de controle e favorece a pluralidade. **Dito isto, deve-se evitar dois escolhos: o de pensar que a democracia coincide com a fragmentação e diluição da propriedade, o que acarretaria a dissolução dos grupos existentes e a sua recomposição por influências políticas ou por grandes grupos internacionais que não deixariam de intervir numa situação deste tipo; e o de pensar que a excessiva concentração coincide com uma sociedade de mercado na medida em que termina por abolí-la.**

Uma visão pessimista do “homo videns”. Sociedades de massa são fortemente influenciadas pelos meios de comunicação, em particular pela televisão, pelo vídeo, que termina por impor uma preponderância da imagem sobre a palavra e, em particular, sobre a

²⁷ Sartori, op.cit., p. 139.

²⁸ Ibid., p. 139.

palavra escrita. Uma tal transformação é uma novidade histórica, que alteraria os termos de formação da cultura, mudando, inclusive, o homem tal como hoje o conhecemos. O homem de Gutenberg estaria sendo substituído pelo homem televisivo, que seria um novo tipo antropológico. Sartori suscita uma questão de fundo: o que acontece quando a imagem toma o lugar da palavra escrita? **O que sucede quando o mundo visível, através de televisão e computadores, toma o lugar do livro?** Ou ainda, o que sucede quando essa forma de realidade visível é considerada como sendo a realidade “tout court”, quando sabemos que o domínio do real é bem mais amplo do que esse recorte “televisivo” e sua forma de produção?²⁹ A sua tese consiste em que o “vídeo está transformando o homo sapiens produzido pela cultura escrita em um homo videns, no qual a palavra vem sendo destronada pela imagem”³⁰. Logo, uma análise do mundo contemporâneo deveria centrar-se numa pesquisa sobre o instrumento em si, sobre o tipo de mensagem que vem a formar a opinião de cada um. A sua formulação é marcada, aliás, por um forte pessimismo, pois o predomínio do visível sobre o inteligível conduziria a um empobrecimento do pensamento, na medida em que a televisão propiciaria um “ver sem entender”, ou seja, destruiria mais saber e entender do que os transmitiria³¹.

Sartori retoma uma formulação de Cassirer, quando esse assinala que a melhor caracterização do homem é a que o define como “homem simbólico”, pois essa definição é mais abrangente do que a de “homo sapiens”, recortando todo o espectro da vida cultural do homem. Com efeito, ela daria melhor conta da religião, da arte e da política, que são formas culturais em que se faz expressamente presente o elemento simbólico. A comunicação, ao se fazer por sons, imagens e signos, produz um tipo de mensagem que estrutura tanto sapiencialmente como simbolicamente o homem, tudo dependendo, então, da forma de elaboração dessa mensagem. Se pegarmos a definição corrente da televisão como sistema de radiodifusão por sons e imagens, observaremos mais detidamente o peso que o simbólico vai ter por intermédio da mensagem televisiva, que sempre produz um impacto sobre o telespectador, o impacto visual que tende a tomar conta de nosso pensamento. Ora, sabemos que o “visual” é apenas uma forma de acesso à realidade, e muitas vezes a mais superficial. **Ademais, quando vemos uma realidade por intermédio de imagens, sabemos ou podemos saber que ela é produto de um determinado recorte, de um certo enfoque que foi privilegiado.** Pensemos aqui tanto na edição de um filme quanto na escolha das imagens que irão ao ar num noticioso televisivo. Ao escolher certas imagens, um diretor opta por aquilo que vai aparecer como uma determinada “realidade”. As palavras que acompanham essas imagens vão, por sua vez, enfatizar o que foi intencionalmente escolhido para ser visto e ouvido, conformando o pensamento desta maneira. E quando toda uma sociedade começa a se organizar apenas sob essa forma sonora e imagética, surge precisamente a questão de qual “realidade” será vista e em torno de qual pensamento se estruturará a opinião pública.

No limite, a formulação de Sartori reside em que, num mundo essencialmente televisivo, as imagens e as palavras que as acompanham seriam meramente denotativas, estando no lugar de coisas concretas, visíveis. **Neste sentido, desapareceria a questão mais claramente conotativa, relativa ao significado das palavras, e, mais especificamente ainda, aos conceitos abstratos, que não podem ser vistos (nação,**

²⁹ Sartori, *Homo videns*, p. 7-8.

³⁰ *Ibid.*, p. 7-8.

³¹ *Ibid.*, p. 8-9.

Estado, liberdade, por exemplo). É como se o mundo contemporâneo estivesse regredindo para uma etapa pré-inteligível, eminentemente visual, a do mundo sensível, imediato, em detrimento do mundo inteligível. Poderíamos, também no limite, pensar numa língua carente de conceitos abstratos, guiada somente pela relação imagem/coisa representada, onde, a rigor, só deveriam entrar nomes individuais ou nomes de pouco alcance geral. Nesta perspectiva, não se poderia tampouco falar de nomes ou conceitos universais.

Se é bem verdade que estamos aqui diante de um novo fenômeno, que pode apresentar aspectos ameaçadores ao que se considerava cultura até então, uma análise do instrumento em si, do vídeo, poderia também sinalizar outras formas de desenvolvimento, tributárias elas mesmas do tipo de televisão que se introduz. Ou ainda, num mundo multimidiático, com interação entre diferentes “instrumentos”, como já é o caso da internet, pode-se também suscitar a questão de se essa nova mudança tecnológica não poderia afetar esse domínio da imagem. **A internet e sua conjunção futura com a televisão inclusive permitem recuperar a palavra escrita através de notícias, artigos de diferente complexidade e livros.** Estudos recentes apontam que crianças acostumadas com a internet desenvolvem uma propensão à leitura e à sociabilidade, diminuindo o seu tempo de exposição à televisão. Deve-se ademais assinalar o perigo de tudo atribuir à televisão, pois a formação dos homens é amplamente tributária da educação, a qual ensina a cada um disciplinar as suas ocupações, sinalizando um tipo determinado de formação cultural. Uma criança que desenvolva, por exemplo, o hábito de leitura na escola poderá perfeitamente contrabalançar outros tipos de influência.

Visibilidade e existência. A televisão potencializa um processo visual que constatamos diariamente em nossas vidas. O ato de ver cobra uma relevância especial. Tendemos por uma inclinação natural a atribuir evidência àquilo que vemos, de tal maneira que a nossa noção de realidade é tributária, de certa maneira, de uma soma desses veres, como se tudo o mais não existisse³². Graças a essa nossa inclinação, viemos a atribuir existência a determinados “fatos” e não a outros, estabelecendo, assim, as bases sobre as quais elaboraremos nossos juízos de valor, dizendo de uma determinada ação ou política que ela é “boa” ou “má”, “justa” ou “injusta”³³. Também somos mais chocados por uma imagem vista do que por uma mensagem transmitida por rádio ou jornal, o que modula diferentemente nossas reações, emoções e sentimentos. A imagem de um acidente automobilístico pode nos chocar muito mais do que o genocídio em Ruanda, pois esse último “interessa” menos os meios de comunicação e a opinião pública ocidental. Ou, talvez, porque não há ninguém lá filmando essas atrocidades quando ocorrem. E a questão da imagem se transmuta em qual tipo de imagem segundo uma forma determinada de escolha – ou de não escolha –, pois sociedades livres, baseadas na competição e na pluralidade, possibilitam que um número virtualmente infinito de coisas possa ser mostrado, entrando em pauta uma multiplicidade dos fatores, dos jornalistas aos proprietários dos meios de comunicação, passando pela cultura de uma nação e sua forma específica de cena pública. De qualquer maneira, o jogo do mostrar não está previamente delimitado, como ocorre em sociedades totalitárias ou ditatoriais, que partem de posições

³² Sartori, Homo videns: “Para o homem diante da televisão é suficiente o que vê, e aquilo que não é visto não existe”, 71.

³³ Rosenfield, Denis Lerrer. *Retratos do mal*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2003.

dogmáticas previamente assumidas e que não podem ser contestadas. **Surge, então, um fenômeno paradoxal, segundo o qual sociedades livres se punem de certa maneira por aquilo que mostram de si mesmas, enquanto sociedades fechadas podem, para o exterior, fazer o jogo de que nada de anormal lá está acontecendo.** Pense-se na experiência comunista no século XX, onde o fechamento interno era idealizado externamente como prova de uma melhor sociedade. E intelectuais de peso fizeram esse jogo mortífero. “Mesmo de maneira involuntária (mas sem se preocupar com esse fato) a televisão penaliza os países livres e protege implicitamente os países que não gozam de liberdade, onde na realidade as ditaduras governam matando”³⁴. Se mortes não são vistas, é como se não existissem. Eis por que também os regimes totalitários ou ditatoriais não permitem a filmagem de seus atos. Alguém já viu uma transmissão televisiva dos fuzilamentos em Cuba?

Mídia televisiva e partidos. A televisão não apenas retrata o mundo segundo um prisma determinado, como induz comportamentos e produz realidades conforme aquilo que é mostrado. Nela, os fatos são, por assim dizer, ainda mais diluídos, pois ela persegue o caráter cambiante da opinião pública, tanto do ponto de vista publicitário quanto do ponto de vista político. Tomemos esse último como exemplo a propósito das pesquisas de opinião quando das eleições. **A pesquisa, ao atuar como uma espécie de medida de um determinado posicionamento em curso, interage com o que foi medido, influenciando-o, e às vezes decisivamente.** Ou seja, a televisão apresentaria “mudanças que em larga escala ela própria promove e inspira”³⁵. A própria noção de voto útil é derivada de uma certa forma de mensuração de disputas políticas que, assim fixadas em determinados candidatos ou partidos, induz o eleitor a fazer uma opção que não seria necessariamente a sua se não tivesse sido objeto deste tipo de influência. Fica assim difícil, sobretudo em momentos eleitorais, de alta combustão, distinguir o elemento descritivo do performativo, pois grande parte dos cidadãos se deixa influenciar por pesquisas de opinião, fazendo sua o que é, na verdade, uma opinião alheia. O que o povo pensa pode se tornar o que os meios de comunicação induzem a pensar, transferindo assim uma parcela expressiva de poder a esses últimos.

Esse processo, no entanto, não depende apenas do papel da televisão abstratamente considerado, mas de contextos culturais nos quais ele está inscrito. **A influência política da televisão depende dos costumes políticos, do modo mediante o qual uma determinada sociedade se encena, se põe televisivamente em cena.** Sartori sugere uma interessante correlação entre a influência televisiva e a maior ou menor estruturação dos partidos políticos. Assim, nos EUA, onde o sistema partidário é fraco, a influência da televisão é muito grande, personalizando nos candidatos a força desse meio de comunicação, logo, a sua imagem. Na Inglaterra, onde o sistema partidário é forte, a influência da televisão é bem menor³⁶. A personalização política seria uma variável de uma maior ou menor estruturação do sistema partidário, que favoreceria, então, uma maior ou menor influência da televisão na formação político-eleitoral da opinião pública. Outras variáveis políticas também interfeririam nesse processo, como o modo do sistema eleitoral e os sistemas presidencialista ou parlamentarista de governo. Para o nosso propósito atual, convém

³⁴ Sartori, *Homo videns*, p. 75.

³⁵ *Ibid.*, p. 57.

³⁶ *Ibid.*, p. 94.

assinalar que a presença maior ou menor da televisão depende de outras variáveis, partidárias e eleitorais, que potencializam ou não a sua influência ou mesmo a restringem.

No caso brasileiro, onde temos um regime presidencialista e um sistema partidário pouco estruturado, com base programática precária na sua maior parte e uma extrema mutabilidade de parlamentares, que trocam freqüentemente de partido ao sabor de interesses meramente particulares, a influência da televisão tende a ser muito maior. Logo, não basta assinalar, como tem sido feito entre nós, que a influência política da televisão é muito grande se os problemas da reforma política não forem abordados seriamente. Ou seja, **a constituição de uma cena pública democrática é o resultado de um balanceamento de vários fatores, dos midiáticos aos políticos, passando pelos sociais, econômicos e culturais**. Neste sentido, de nada adiantam as diatribes contra uma pretensa oligopolização ou monopolização dos meios de comunicação se os problemas de fundo do sistema partidário brasileiro não forem enfrentados.

II. Empresas, mídia e concentração

A discussão sobre o caráter específico das empresas de mídia envolve questões econômicas e tecnológicas, nacionais e internacionais, atinentes ao modo de organização de sociedades democráticas. O debate vem então a centrar-se no pluralismo da comunicação e na característica propriamente pública dessas empresas, pois, de um lado, elas são empresas como quaisquer outras, obedecendo à sua lógica específica e, de outro lado, elas têm uma influência decisiva sobre a consciência das pessoas, sobre o modo de formação da opinião pública. Mais recentemente, essa discussão tem tornado-se pública a partir de uma comparação com o que acontece nos EUA, em particular no que diz respeito aos problemas da propriedade cruzada. Começemos, portanto, por esse ponto.

EUA e Brasil. Contextos diferentes. Ressaltemos, preliminarmente, que os meios de comunicação no Brasil nasceram privados, ao contrário, por exemplo, do que ocorreu em boa parte da Europa, como na França e na Itália, por exemplo, onde essas empresas eram estatais. Nesses países, o contexto da discussão e, logo, da regulamentação, foi determinado por essa passagem do público ao privado, com as questões atinentes à história e aos costumes de cada país. Fica, portanto, difícil extrapolar a experiência desses países, na medida em que ela possui esse contorno específico. Os problemas de transição de empresas estatais para privadas envolvem um conjunto de regras muito distinto dos que provém de uma regulamentação de empresas voltadas para o mercado. Ademais, naqueles países, a pluralidade não estava assegurada por esse monopólio estatal, enquanto, entre nós, ela vigorava, desde o início, pela competição. A Record, os Diários Associados, a Globo, Band, SBT, Rede TV, CNT e Gazeta foram desde sempre empresas privadas, o que conferiu a nosso país uma lógica específica, a de empresas baseadas no mercado e usufruindo de uma concessão pública. O primeiro movimento estatal ocorre com a encampação da Rádio Nacional pelo Estado Novo. Depois, durante o regime militar, uma série de emissoras públicas foi criada³⁷. **É, portanto, digno de nota essa tradição empresarial privada nos meios de comunicação, pois ela destoa da tradição brasileira, fortemente marcada por empresas estatais e pela ingerência do Estado nos assuntos econômicos**. Ou seja, trata-se de algo a ser valorizado e não desprezado.

³⁷ Camargo, Paulo Tonet. *As comunicações no Brasil – Considerações*. Documento.

Neste sentido, é necessário contextualizar a discussão sobre a questão da regulamentação ou desregulamentação dos meios de comunicação em função da analogia frequentemente feita em relação aos EUA³⁸. Evidentemente, podemos e devemos sempre aprender com a experiência alheia, porém devemos igualmente estar atentos a nossas diferenças. **Ressaltemos que os EUA têm uma forte tradição de independência da economia de mercado, de defesa dos direitos civis, de uma sociedade civil organizada e, sobretudo, seguindo a tradição liberal inglesa, de separação das atividades governamentais das sociais e econômicas**. Ou seja, a tradição americana é uma tradição de defesa da sociedade contra o Estado e de não ingerência deste nos assuntos daquela. Logo, se surge nos EUA a questão da regulamentação, ela pode ser vista sob o prisma de que as grandes empresas, em sua liberdade, terminaram por se fortalecer em demasia, pondo em risco determinadas liberdades civis, como a da pluralidade de opiniões. Desta maneira, o Estado teria sido levado a rediscutir a questão da regulamentação ou da desregulamentação, seguindo seja as forças econômicas, seja determinadas associações civis. Importa realçar que essa discussão se faz no interior do princípio de não ingerência do Estado nos meios de comunicação, da televisão aos jornais, passando por rádios e pela internet.

Ora, o caso brasileiro parte de um outro contexto, a saber, o da ingerência do Estado nos assuntos da sociedade civil e nos das empresas e dos grupos econômicos em geral. Coloca-se aqui a questão da ausência de uma tradição no sentido do liberalismo político, que guardaria a sociedade e os cidadãos em geral ao abrigo de certas atitudes estatais. Nem os grupos econômicos são suficientemente fortes – como nos EUA – a ponto de se imporem, por si sós, junto ao Estado. Inclusive, o processo de privatização de empresas estatais é recente em nosso país e o atual partido governante era, até pouco tempo atrás, contrário a essas privatizações, embora a sua posição a respeito esteja se modificando. Realçamos, então, que uma regulamentação/desregulamentação dos meios de comunicação pode ter efeitos diversos, produtos de histórias e contextos também diferentes. Uma regulamentação dos meios de comunicação nos EUA, por exemplo, poderia visar a um maior controle das empresas que estariam reduzindo o espaço da sociedade civil, sem que surgisse a suspeita de que o governo estaria usurpando funções econômicas ou imiscuindo-se no controle da opinião, o que seria ainda mais grave na tradição liberal americana. **Ora, uma regulamentação dos meios de comunicação no Brasil poderia, por sua vez, ser vista como uma ingerência do governo, qualquer que seja, sobre a opinião pública visando a controlá-la, pois a nossa tradição é a de uma preponderância do Estado sobre a sociedade civil e sobre as empresas**. Numa tradição fortemente marcada pela presença estatal, dever-se-ia olhar com cautela uma maior presença do Estado nos meios de comunicação, inclusive sob a forma aparentemente benigna de uma regulamentação com o objetivo de pretensamente assegurar a pluralidade de opiniões. Essa pode ser o nome de um outro tipo de ingerência estatal, num ambiente, aliás, particularmente propício, visto o endividamento de boa parte dessas empresas e a tendência estatizante do partido no poder.

Os limites do Estado. A sociedade brasileira está por demais acostumada a tudo pedir ao Estado, como se esse fosse capaz de suprir a todas as suas demandas. O curioso é que, ao mesmo tempo, o Estado tem sido historicamente incapaz de preencher as suas

³⁸ Cf., numa perspectiva crítica em relação à desregulamentação nos EUA, American Review: FCC on Media Ownership, 25/06/03.

funções principais, como a segurança, a educação e a saúde, apesar de termos uma das maiores cargas tributárias do planeta. Arrecadamos como um país de primeiro mundo e oferecemos um serviço de terceiro. Portanto, há algo errado aqui na medida em que existe um descompasso entre os recursos arrecadados e os serviços oferecidos, e esse algo errado reside na inoperância da máquina estatal, ineficiente e constituída por favorecimentos e corrupções das mais diferentes espécies. **Logo, poderíamos perfeitamente colocar a questão de onde provém a pressuposição de que o Estado seria capaz de oferecer a “boa” regulamentação, principalmente em um domínio que concerne à consciência de cada um, podendo ter repercussões evidentes do ponto de vista eleitoral.** Qualquer mexida na regulamentação existente deveria ter no horizonte o contexto no qual ela é feita.

Se olharmos a experiência totalitária do século XX, **devemos estar atentos ao que significa formar o “bom” cidadão, pois essa foi a idéia reitora das experiências comunistas.** O nome hoje caiu em desuso, como se tivesse sido abandonado, porém não devemos confundir o desaparecimento da atualidade de uma palavra com o desaparecimento de seu significado, que pode permanecer com outros nomes e roupagens. É necessária essa observação, pois, numa sociedade livre, devemos deixar ao cidadão, inclusive na sua condição de consumidor, o direito de escolher qual canal de televisão quer ver, qual rádio escutar, qual jornal ler, sem que seja conduzido por uma idéia de que deveria estar voltado para assuntos políticos. Há uma certa tendência da cena partidária de tudo politizar, esquecendo que é igualmente um direito do cidadão a escolha pelo entretenimento ou pelo silêncio, desligando um determinado aparelho.

Se suscitarmos a questão da venda do espectro eletromagnético ou a sua concessão surgirá o problema de se esse “bem” é um mero bem mercantil, próprio de uma sociedade de mercado, ou de se esse “bem” deve ser objeto de uma outra leitura, relativa ao que deve ser a sociedade. Para além dos princípios democráticos, baseados na liberdade em suas mais diferentes acepções, é perigoso determinar o que seja um “bem público”, pois se coloca imediatamente a pergunta de “quem” determina o que é esse “bem público”. Por exemplo, quem diz quem representa a sociedade civil? Na determinação do interesse público, dever-se-ia dar direitos radiofônicos ou televisivos a determinados movimentos sociais³⁹ ou a partidos sem expressão em nome da sociedade civil? **Tenderia a dizer que o problema consiste principalmente num redesenho das ações do Estado, na sua circunscrição, deixando uma maior latitude ao desenvolvimento de uma sociedade de mercado, com os direitos e liberdades que lhe são inerentes.** Mais do que limitar o mercado, creio ser necessário uma maior limitação da esfera de atuação estatal.

Competição e audiência. O Brasil possui um sistema nacional, competitivo, entre cinco grandes redes nacionais, um número expressivo de emissoras de televisão educativas

³⁹ Uma posição desse tipo é defendida pela Fitert – Federação Interestadual de Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão, em sua Plenária Nacional de 22 a 24/08/03, em Minas Gerais. Em sua proposta, em nome de uma pretensa “democratização”, ela defende uma maior participação sindical nos fóruns sobre a “democratização dos meios de comunicação”, no Conselho de Comunicação Social e investe pesadamente, seguindo o ideário esquerdizante, contra os grandes grupos de comunicação e contra a “política neoliberal”. A sua posição é claramente anti-empresarial ao defender, por exemplo, a exclusão das empresas privadas dos assentos da sociedade civil no CCS. Ademais, ela advoga por um controle anual da contabilidade das empresas num inciso que trata dos critérios de concessão e de renovação das emissoras de rádio e de tv, vinculando-os. Controle social dos meios de comunicação significa, então, sindicalização e partidarização dos meios de comunicação, com ingerência na vida das empresas.

e redes nacionais religiosas, católicas e evangélicas. **Pode-se, neste sentido, dizer que o pluralismo é constitutivo de nosso sistema televisivo.** A maior ou menor audiência dessas redes é o resultado da livre competição, não podendo ser um critério para determinar um eventual “monopólio”, com vista, por exemplo, à penalização de determinadas empresas ou emissoras. A esse respeito, não podemos esquecer um número muito apreciável de televisões públicas que preenchem ou deveriam preencher uma função mais cultural, competindo, inclusive, com as empresas privadas. A competição é um elemento central de uma sociedade de mercado, de uma sociedade livre. O que não pode ocorrer, porém, é que as empresas privadas sejam punidas por seus maiores índices de audiência ou por dependerem da publicidade para o equilíbrio de suas contas e para o seu lucro. **Não se garantirá a pluralidade cerceando as empresas privadas num país que conta com uma expressiva rede privada, pública, educativa e religiosa.** A questão poderia ser colocada de uma outra maneira: por que os governos estaduais e federal não disponibilizam às televisões públicas mais recursos para que essas preencham melhor as suas funções? Um fortalecimento da rede pública televisiva poderia ser um importante fator para o fortalecimento da pluralidade dos meios de comunicação no Brasil, sem a desvantagem que nasceria de um controle por demais estrito das empresas privadas. Deveriam, portanto, essas empresas partir para a conquista de audiência e obrigando, por sua qualidade digamos, que as próprias empresas privadas melhorem a qualidade de seus programas pela competição assim estabelecida. Devemos aqui mais atribuir ao mercado e menos aos pretensos benefícios do controle estatal.

Ideologização. A ideologização tem tomado conta de nosso debate nacional, a partir de uma posição que poderíamos situar como anti-capitalista ou anti-empresarial. Assim, autores como Venício A de Lima ou Denis Moraes pretendem, na verdade, via um argumento que chamaria “redução ideológica ao absurdo”, fazer valer escolhas socialistas pré-determinadas que balizam suas “análises”. Assim, o primeiro chega a dizer em seu depoimento ao Senado⁴⁰ que a crítica que o mundo capitalista fazia ao mundo socialista – “a de que este contava com um único meio de comunicação, estatal – perde sentido, pois o controle privado tem avançado sobre um número que se torna cada vez menor de meios de comunicação”. Ora, o autor parece desconhecer completamente o que significa uma sociedade democrática fundada na tradição liberal, que tem sabido preservar os seus valores democráticos e a liberdade na qual se assenta. Aliás, é significativo que esse autor, nos agradecimentos de seu livro *Mídia. Teoria e Política*, faça uma referência direta à Universidade de Havana, em Cuba. Segundo suas próprias palavras, “onde estive como professor visitante e convidado em diferentes ocasiões, sempre encontrei ambiente acolhedor e propício à pesquisa acadêmica”⁴¹, quando são notórias as restrições da ilha de Fidel à liberdade de expressão, comunicação e de imprensa. Na verdade, ocorre hoje, no Brasil, algo semelhante ao que acontecia na Europa, antes da queda do muro de Berlim, onde a crítica à mídia “capitalista” silenciava sobre o que acontecia atrás da cortina de ferro, criando o mito de uma alternativa não-capitalista. Naquele então, “os críticos mais notórios da imprensa ocidental (Herbert Schiller, Kaarle Nordenstreng, Ted Smythe, Armand Mattelard etc.) mantiveram-se totalmente calados em relação à mídia soviética e

⁴⁰ Venício De Lima – depoimento ao Senado Federal, 02/03/2003, p. 11.

⁴¹ Venício A de Lima. *Mídia. Teoria e política*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 17.

não ofereceram uma terceira solução, então se deu a impressão de que o modelo marxista era uma opção aceitável”⁴².

Do ponto de vista teórico⁴³, conceito de “comunicação participativa” está baseado na obra de Paulo Freire, *Pedagogia do Oprimido*, que sustenta as posições de boa parte dos pedagogos desse país, com particular relevância para a teologia da libertação e para o MST. **Trata-se de uma ideologização da juventude brasileira e, em particular, dos mais pobres, na medida em que são alfabetizados segundo essa cartilha.** De fato, a distinção entre “comunicação manipulatória” e “participativa” obedece a uma necessidade de tipo ideológica, não científica, de estabelecer a “boa” e a “má” forma de comunicação, possibilitando aos que fazem e acatam essa distinção estabelecer quem são os amigos e os inimigos da “verdadeira” comunicação.

Paulo Freire. Observe-se, a propósito da formulação de Paulo Freire, que a “comunicação é definida como sendo ‘um encontro entre homens, mediados pela palavra, a fim de dar nome ao mundo’”⁴⁴, o que é condição para que diga que esse ato de nomear é o ato de “dizer a palavra verdadeira”⁴⁵. O tipo de encontro ideologicamente estabelecido e o ato de nomeação são orientados segundo uma concepção que se diz em posse da verdade, como se esse dizer fosse um dizer definitivo, leia-se absoluto. Nessa perspectiva, esse dizer está inscrito dentro de uma “ação cultural-revolucionária”, orientada por seu “catolicismo de esquerda”, o que esclarece suficientemente que essa ação dita “comunicacional” serve um propósito político dos que se dizem, precisamente, os portadores da “boa” palavra, do pensamento “autêntico”, do discurso “verdadeiro”, desembocando religiosamente no controle das consciências. Ou seja, ela tem um claro propósito “manipulatório”. **Trata-se, portanto, de uma abordagem da mídia que tem como preocupação política central o controle dos meios de comunicações, que, nessa perspectiva, deveriam se tornar veículos da “verdadeira” comunicação, a participativa.** Voltamos aqui, com outros nomes, às propostas comunistas do século XX, centradas no controle das consciências e na transmissão, chamada aqui comunicação, da palavra “verdadeira”.

Observemos que os conceitos utilizados por Paulo Freire são os do jovem Marx, sobretudo dos *Manuscritos econômico-filosóficos*. Neste trabalho, Marx elabora os conceitos de alienação, humanismo, desumanização, mundo alienado e trabalho, desembocando na crítica do capitalismo e visando à emancipação do homem. **Em seus discípulos brasileiros, que o assumem numa perspectiva nitidamente religiosa, o capitalismo é um mal a ser extirpado por aqueles que se propõem a “corrigir”, pela educação, a consciência dos alienados, os que vivem submersos na “distorção imposta à palavra amor pelo mundo capitalista”**⁴⁶. Ou seja, “Freire prega uma veemente teologia da libertação, emergindo de uma Igreja profética”⁴⁷. Assinalemos, em passant, que os

⁴² Bertrand, Claude-Jean. *O arsenal da democracia*. Bauru, SP, Edusc, 2002, p. 481.

⁴³ Como modelo teórico de sua análise, De Lima toma como baliza de seu trabalho a obra de Paulo Freire e a de Antonio Gramsci, particularmente no que diz respeito à “democratização das comunicações, desde que controladas pelos movimentos e grupos populares”, op.cit., p. 51. Meios de comunicação controlados pela CUT e pelo MST?

⁴⁴ De Lima, op. cit., p. 65.

⁴⁵ Ibid, p. 65.

⁴⁶ Paulo Freire, *Pedagogia do Oprimido*, p. 94, nota de rodapé, apud De Lima, p. 68.

⁴⁷ De Lima, p. 84

teólogos da libertação defendem posições marxistas, não cansam de elogiar Cuba, tomando inclusive esse país como modelo, e são fervorosos adeptos do MST e de suas ações.

Essa posição marxista é assumida politicamente por P. Freire, e retomada por De Lima⁴⁸, quando escreve que não pode haver harmonia no antagonismo de classes, que opõe opressores e oprimidos. “Freire está dizendo que o diálogo não é possível entre classes sociais que são, por definição, antagônicas”⁴⁹. Colocando-se, neste sentido, contra uma posição social-democrata ou trabalhista, que foi construída na Europa a partir das oposições de uma sociedade de classes, antagônica, e visando à sua conciliação, nossos autores defendem a idéia de que os oprimidos, uma vez que tomem o poder dos opressores, num processo revolucionário, eliminariam a diferença de classe. O que fazer então com os opressores, eis a questão por eles colocada? A resposta seria: eles devem ser educados e as limitações e imposições que se fazem a eles não devem ser chamadas de opressão⁵⁰. Ou seja, com outros nomes, porém com o mesmo significado, estamos diante da concepção comunista de que o homem, particularmente o burguês, o empresário, porém também o homem em geral, deve ser “educado”. Não apenas o opressor deve ser educado, mas igualmente o oprimido, pois é necessário “desconfiar do opressor que se ‘hospeda’ nele”⁵¹. Os campos de trabalho forçado, nos países comunistas, eram considerados campos de educação! **É essa a proposta de um novo “modelo” para a mídia brasileira?**

Concentração da mídia. Não se pode pensar o processo atual de concentração das empresas de mídia sem inscrevê-lo nas grandes transformações do capitalismo em escala global, onde entram em linha de consideração tanto os aspectos financeiros como tecnológicos. Vejamos esses elementos:

1. *a revolução digital.* Com a revolução digital, está ocorrendo uma dissolução das fronteiras entre as telecomunicações, os meios de comunicação de massa e a informática, onde não está distante o dia em que aparelhos de televisão servirão de computadores e os computadores de aparelhos de televisão, apenas para mencionar um dos tantos efeitos que se perfilam no horizonte. Aquilo que conhecemos, inclusive na legislação, como sendo o produto de empresas outrora separadas ou de tecnologias que possuíam um desenvolvimento independente é, na verdade, apenas o resultado provisório de um processo que ganha hoje dimensões há 10 anos insuspeitadas. **As tecnologias de cada empresa midiática estão cada vez mais interconectadas entre si, o que se traduz por processos econômicos de fusão e de compra de empresas.** Por exemplo, a separação entre empresas de telecomunicação e de comunicação, estabelecida na legislação brasileira, é cada vez menos operante em nível internacional e, mesmo em nosso país, empresas de telecomunicação são proprietárias de empresas de internet, que são de comunicação, pois transmitem conteúdos;

⁴⁸ Mais especificamente, esse autor adota uma posição gramsciana em sua análise dos meios de comunicação, em particular em seu capítulo dedicado à Rede Globo, op. cit., p. 141-73: “Neste texto, busca-se uma compreensão alternativa das relações da mídia com a política, a partir da visão gramsciana”, p. 142. Outra formulação semelhante, na página 178, nota 3. Todo o capítulo 7, p. 175-212 é também uma aplicação das formulações de Gramsci, mais especificamente o seu conceito de hegemonia.

⁴⁹ Ibid., p. 79.

⁵⁰ Freire, PO, p. 46-7, apud, De Lima, p. 75.

⁵¹ Ibid, p. 80.

2. *ciência, tecnologia e informação*. Esse processo vem acompanhado de inovações tecnológicas historicamente inauditas, baseadas em pesquisas que consomem bilhões de dólares. Os produtos daí resultantes exigem enormes investimentos, que se situam acima das capacidades de empresas pequenas ou mesmo médias ou, inclusive, de países com limitadas capacidades de investimento. **No mundo atual, o espaço individual das empresas se vê restringido por um processo que as ultrapassa.** Logo, há uma necessidade tecnológica de grandes investimentos que se encontra na base da concentração de empresas via fusões e parcerias dos mais diferentes tipos⁵².

O controle das ondas, dos satélites e da informação em geral é um dos grandes embates do século XXI. **Os países e empresas que investirem pesadamente no conhecimento são os que partirão na frente e se fortalecerão no transcurso desse grande embate.** Já vivemos um mundo de posições consolidadas que só poderá ser alterado por investimentos maciços de países emergentes em conhecimento e em educação. Não há regulamentação que possa alterar esse fenômeno planetário. O que sim pode alterar essa correlação é a priorização a ser dada à ciência e à tecnologia em suas relações com o mundo empresarial, sem o que teríamos um mundo universitário fechado ao seu entorno. Dito de outra maneira, necessitamos, de um lado, investimentos em conhecimento com reforma de nossa estrutura educacional e, de outro, um maior relacionamento das universidades com as empresas. Necessitamos que a pesquisa seja também feita nas próprias empresas com recursos públicos e privados, dentro de uma dinâmica capitalista que priorize os ganhos resultantes dessas associações e desses investimentos. Necessitamos igualmente um sistema educacional e universitário que não se caracterize pela reprodução incessante, a volumes cada vez maiores, de cursos de direito e pedagogia, por exemplo, mas de cursos científicos e tecnológicos. Se isso não ocorrer ficaremos apenas na lamentação e, politicamente, em posições ideológicas ditas “anti-imperialistas”. Honraremos o atraso e evitaremos o progresso;

3. *as grandes empresas*. O capitalismo contemporâneo, em seu legítimo processo de expansão e lucratividade, se caracteriza, em todos os setores de atividade, pela concentração, de tal maneira que as empresas que conquistam os mercados nacionais, em um processo de intensa globalização, são empresas cujo porte as tornam competitivas nessa luta. Ou seja, o capitalismo contemporâneo está baseado em grandes empresas que tendem a dominar os seus campos respectivos de atuação⁵³. Isto ocorre tanto no sistema bancário, quanto no industrial, passando pelo comercial e pelo de serviços. Podemos pensar tanto em montadoras de automóveis ou de aviões, em grandes bancos, em alimentação⁵⁴, quanto, também, nas empresas da mídia. Trata-se, neste sentido, de um traço essencial e diria

⁵² Esse processo ocorre praticamente em todas as áreas empresariais, segundo as suas necessidades específicas. Por exemplo, na área farmacêutica, os investimentos em pesquisa ao ascenderem a bilhões de dólares tornaram necessários processos de fusão e de associação. Cf. Nepi Notícias, “Glaxo investe US\$ 2 bilhões”, 06/11/2003 e Jornal do Comércio, Novartis defende fusão com a Roche, 06/11/2003.

⁵³ Cf. Cyro Franklin de Andrade. *Os dez anos que mudaram o Brasil*. Valor on line. 06/11/2003.

⁵⁴ O setor de supermercados, por exemplo, foi objeto de um grande processo de concentração, envolvendo empresas nacionais e estrangeiras. Alguns grupos tornaram-se estrangeiros (Sonae e Jerônimo Martins), outros grupos se instalaram no Brasil (Wal-Mart) e empresas predominantemente nacionais também se fortaleceram (Pão de Açúcar). Cf. William Geroge Lopes Saab, com a colaboração de Luiz Carlos Perez Gimenez e Rodrigo Martins Ribeiro. *Supermercados no Brasil. O movimento das grandes empresas*. Dezembro de 2000.

irreversível do capitalismo, que pode ser controlado em alguns de seus efeitos, porém não extinto enquanto fenômeno. Observemos, nesta perspectiva, que devemos partir da análise de um fenômeno num processo similar ao de análise de um fenômeno natural. Por exemplo, podemos prever, graças a modernos sismógrafos, um terremoto ou a irrupção de um vulcão, certas medidas podendo ser tomadas do ponto de vista do controle ou da minimização de algumas de suas conseqüências. **Não podemos, porém, impedir que um fenômeno ocorra, nem considerá-lo como inexistente ou reversível.** O problema que se coloca, então, é o dos limites de uma regulamentação ou mesmo de sua eficácia se não houver o reconhecimento prévio do fenômeno em questão;

4. *fortalecimento de empresas nacionais.* Sob essa ótica, caberia aos Estados nacionais o fortalecimento de suas empresas em geral e de suas empresas de mídia em particular dentro de um contexto globalizado de competição. Ademais, todo o processo econômico brasileiro na década de 90 caracterizou-se por um poderoso movimento de privatização de empresas estatais e de concentração das empresas privadas nacionais, com forte participação de capitais internacionais⁵⁵. Qualquer nova medida governamental deveria levar em consideração o aprendizado da década passada, sem se inscrever, porém, contra os processos capitalistas de expansão e lucratividade. Logo, não deveria ser política de Estado o enfraquecimento das empresas de comunicação mediante, por exemplo, a proibição de propriedades cruzadas, o que se traduziria por uma queda de competitividade, pondo em risco a saúde mesma dessas empresas, aliás, em sua maior parte, abalada. **Ou seja, deveria ser uma política de Estado evitar qualquer medida que, de uma ou outra maneira, debilitasse essas empresas, pois um processo deste tipo poderia, de um lado, se traduzir por uma maior ingerência do Estado no mercado midiático e, de outro lado, paradoxalmente, poderia criar condições para uma maior presença em território nacional dos grandes grupos internacionais.** Dependendo do tipo de regulamentação, não mais precisariam eles se associar a grupos nacionais ou poderiam comprar essas empresas por valores abaixo dos de mercado. Em nosso entender, uma política de Estado deveria consistir no fortalecimento das empresas nacionais, deixando-as em condições de uma maior competitividade tanto no mercado interno quanto externo.

Neste sentido, **o documento do PT, produto da reunião do Diretório Nacional de dezembro de 2003, é esclarecedor:** em sua página 9, é postulado o esforço que deve ser feito no sentido de uma multinacionalização de empresas brasileiras, o que se enquadra perfeitamente para as empresas de mídia: "Outro aspecto importante do aumento da presença do Brasil na economia mundial deve consistir no esforço de multinacionalização de empresas brasileiras, a exemplo do que vem ocorrendo com a Petrobrás e de algumas outras poucas empresas privadas. Essa perspectiva, historicamente negligenciada por governos e empresários, deve se tornar ponto permanente das agendas de desenvolvimento, de comércio exterior e da política externa. A multinacionalização de empresas constitui um dos aspectos fundamentais do sucesso de um país no comércio internacional. Hoje, com as economias globalizadas, há evidências crescentes de que o desenvolvimento interno de um país está condicionado pelo êxito de seu esforço exportador";

⁵⁵ Ibid., p. 3: "Na década de 90, o mercado brasileiro tornou-se, em definitivo, parte de mercados globalizados".

5. Global players. Poderia mesmo ocorrer que uma política bem conduzida poderia tornar algumas de nossas empresas competitivas no nível internacional. Exemplos no mundo não faltam. Se é bem verdade que há uma incessante concentração de empresas entre os global players midiáticos, não é menos verdadeiro que eles não se concentram apenas entre os americanos, nem que não haja espaço para a entrada de novos concorrentes. A Telefônica de Espanha, privatizada no final do governo do primeiro ministro socialista Felipe González, é hoje uma empresa multinacional com forte presença na América Latina e nos EUA. Trata-se de um conglomerado formado por mais de 33 empresas que abrange os mais diferentes campos de atuação, da telefonia à televisão a cabo, passando por televisão aberta, comércio eletrônico, editoras e outras atividades, em sociedade com outros grandes grupos internacionais. Interessa-nos particularmente o “case”, pois se trata de um país até recentemente periférico no capitalismo internacional e que tem hoje uma presença empresarial em todo o mundo.

EUA e regulamentação: O processo de desregulamentação da mídia nos EUA está dando lugar a um amplo debate, na medida em que propiciou uma ampla reorganização das empresas que atuam nesse setor, as quais puderam ampliar o seu espectro de atuação. **Ao mesmo tempo, as liberdades civis voltaram ao centro desse debate, pois se colocou a questão de se a concentração das empresas midiáticas não reduziria o pluralismo tão necessário numa sociedade democrática.** “Três medidas de liberalização, aprovadas pelo Congresso norte-americano, contribuíram para o reordenamento da indústria de mídia: a) a revogação do número-limite de concessões de canais de radiodifusão a grupos privados; b) a supressão do dispositivo que impedia os grupos de comunicação de possuírem emissoras em mais de 25% do território nacional; c) fim das restrições à livre comercialização das cadeias de rádio e televisão”⁵⁶.

Observemos, para os nossos propósitos, que essas medidas de liberalização deflagraram um processo que já produziu efeitos tanto do ponto de vista da concentração da mídia quanto do estuendo desenvolvimento dessa indústria essencialmente moderna. Ressaltemos que se trata de um processo em franco andamento, o que equivale a dizer que, num país periférico como o Brasil, qualquer tentativa individual de contrarrestar esse processo está fadada ao fracasso. **Ou seja, esse fenômeno de globalização das empresas de mídia, na perspectiva de um país que não se encontra no centro das decisões planetárias, deve ser encarado como um fato a ser enfrentado, e um fato irreversível na nossa ótica.** Se o Congresso americano viesse a tomar uma outra atitude, aí sim as repercussões poderiam ser outras. Mas uma decisão desse tipo não se encontra ao nosso alcance. Devemos, portanto, lidar com aquilo que nos é possível, isto é, extrair desse processo lições que possam ser benéficas do ponto de vista de nossas empresas, para que tenham melhores condições de competitividade. Eventuais regulamentações que obstaculizem esse desenvolvimento deveriam ser evitadas. Não se pode desconsiderar esse lado propriamente empresarial das empresas de mídia, sob pena de as inviabilizarmos.

É preciso extrair as conseqüências desse processo visando à adequação aos novos tempos, pois o que está em questão é o progresso desses países. **A União Européia empreendeu igualmente uma política de desregulamentação**⁵⁷. O seu objetivo foi o de fazer com que suas empresas pudessem competir com os grandes grupos empresariais

⁵⁶ Moraes, Dênis de. *Planeta Mídia*. Campo Grande, Letra livre, 1998, p. 64.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 86.

americanos. O documento que norteia essa decisão sublinha a “necessidade de suprimir barreiras para criar ‘um clima favorável à inovação e ao investimento’...Eles propõem que as medidas disciplinadoras se limitem ‘ao estritamente necessário’, evitando que ‘uma desregulamentação excessiva ou inapropriada numa região provoque transferência de uma atividade econômica a outros lugares, com conseqüências nefastas para o desenvolvimento da sociedade da informação’⁵⁸. Ou seja, levando em consideração as especificidades regionais e nacionais, a liberalização do mercado midiático deveria ser feita do ponto de vista da expansão das empresas européias. Em um mundo que muda incessantemente, nasce a obrigação dos estados nacionais e suas empresas acompanharem esse processo, sob pena de ficarem numa posição nitidamente secundária. Observemos igualmente que essas medidas se fazem sob a égide de uma união de países que reagrupam governos das mais diferentes tendências políticas, da direita à esquerda. Trata-se, portanto, de uma política de Estado, no caso, supranacional.

Defesa dos interesses nacionais. Devemos distinguir a defesa dos interesses nacionais, própria de um Estado, da ideologização contra o capitalismo ou contra os EUA. É perfeitamente legítima, como é feito por todos os países, a começar pelos próprios EUA, a defesa de uma produção cultural autônoma, a defesa das empresas nacionais e a elaboração de uma regulamentação que atenda a esses interesses. **Um país que não defende as suas empresas, por exemplo, é um país que termina por relegá-las a uma posição secundária na competição internacional.** Ora, uma tal defesa não deve ser a ocasião de dar vazão a posições anticapitalistas, como se empresas nacionais devessem ser desmembradas ou enfraquecidas, nem tampouco ser a oportunidade de fechar culturalmente o país, como se tudo “Made in América” devesse ser objeto de restrições. Defender os interesses nacionais não se confunde com um nacionalismo cultural e empresarial que venha a fechar o país para tudo o que ocorre no mundo. A lei da informática já mostrou no passado os seus efeitos perniciosos, não criando uma indústria nacional forte, nem favorecendo o nosso desenvolvimento econômico com a informatização de outros setores industriais e de serviços.

O ponto em questão é essencialmente empresarial, voltado para as condições de competitividade, contemplando entre essas as regulamentações as que restrinjam a entrada em força desses capitais internacionais no mercado nacional. Ou seja, a questão reside em como fazer face a esses grandes grupos tanto do ponto de vista financeiro, tecnológico, gerencial e operacional quanto do ponto de vista da programação, pois essa é objeto de pouca ou nenhuma regulamentação. Com efeito, o Brasil é o maior mercado da América Latina, sendo, assim, um objeto de disputa. O problema é como os grupos nacionais vão fazer parte desse processo sem perder as suas características próprias. Partamos, porém, de uma constatação que nasce de um reconhecimento factual, a saber, não há como lutar contra essa lógica da concentração capitalista, pois isso significaria uma ruptura com o capitalismo enquanto tal, com todos os perigos daí decorrentes. O século XX é pródigo de seus exemplos malignos. **A luta entre empresas se dá, então, dentro da lógica capitalista, com os papéis reservados aos Estados nacionais, que têm condições de favorecer às suas próprias empresas.**

A maior empresa brasileira de comunicação, a Rede Globo, teve como receita bruta em 1999 em torno de US\$ 6 bilhões, o que equivalia então a 40% do faturamento da

⁵⁸ Ibid., p. 87.

Viacom, quinta colocada no ranking⁵⁹. Dado o agravamento da situação financeira dessa empresa hoje e a desvalorização cambial, a proporção deve ser bem menor. Embora a posição da Rede Globo seja inferior a dos grandes conglomerados internacionais, ela ocupa uma posição importante, muito acima da maior parte das empresas de outros países, que estão numa posição nitidamente secundária e subalterna. **A exemplo da TV Globo, as empresas brasileiras teriam condições de se tornar grandes players internacionais.**

Trata-se, portanto, do estabelecimento de uma forma de regulamentação que permita uma maior defesa das empresas nacionais de comunicação, estipulando formas de sociedade, contemplando a programação e não somente a propriedade das empresas midiáticas. **Defender as empresas nacionais deveria significar conferir a essas condições melhores de competitividade e não abolir a competição em nome de um pretenso interesse nacional.** Observemos igualmente que esse tipo de regulamentação deveria obedecer a um espírito democrático-capitalista e não ideológico-partidário, que poderia se traduzir pelo controle dos meios de comunicação por sindicatos, movimentos ditos sociais e partidos políticos.

Aliás, autores como De Lima e Moraes⁶⁰ assinalam que a sociedade civil não tem sido ouvida nesse processo de desregulamentação das empresas de mídia, inclusive na sua abertura ao capital estrangeiro. Esquecem de frisar que esses processos têm sido objeto de discussões e deliberações no Congresso Nacional, que é, numa sociedade republicana, o fórum adequado para esse tipo de discussão. **Vale ressaltar que na aprovação da Emenda Constitucional que permitiu a entrada de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão, houve consenso de todos os partidos, salvo o PDT.** Enfatizemos também que os partidos políticos, no Congresso, deliberam depois de sofrerem os mais diferentes tipos de pressão, tanto de sindicatos quanto de grandes grupos econômicos. Logo, não se pode falar de uma ausência de escuta. O problema, no meu entender, reside no que se entende por consulta à sociedade civil e como essa é entendida. A sociedade civil, para eles, seria constituída por “sindicatos, associações profissionais, organizações não-governamentais”⁶¹.

A propriedade cruzada e a concentração. Neste contexto, coloca-se a questão da elaboração de regras que regulem esse processo de competição, favorecendo as empresas nacionais, de modo que essas tenham melhores condições de competitividade. **Nessa perspectiva, a atividade legislativa deveria centrar-se na produção de um marco regulatório que defendesse o interesse dessas empresas nacionais.** Normalmente, a discussão tem girado em torno da identificação entre propriedade cruzada (rádio/televisão/jornais) e monopólio, como se o problema fosse o descruzamento, com o objetivo de assegurar o pluralismo. O problema está, em meu entender, mal colocado, pois não se pode confundir esse tipo de propriedade cruzada com monopólio, pois ela propicia precisamente a competição numa escala maior, assegurando, desta maneira, o pluralismo. Contudo, há também em pauta um problema ainda maior e pouco discutido, e que diz respeito a um outro tipo de propriedade cruzada. Em vez do legislativo focar-se exclusivamente na propriedade cruzada de rádio/televisão/jornal, ele deveria atentar para

⁵⁹ Moraes, artigo, “A hegemonia das corporações de mídia no capitalismo global”, Universidade Federal Fluminense, Brasil, junho de 2000, p. 3. Mesmo dado em seu livro *Planeta Mídia*.

⁶⁰ Moraes, *Planeta Mídia*, p. 105.

⁶¹ *Ibid.*, p. 105.

uma outra forma de propriedade cruzada, a de telecomunicações e internet, que, controladas por empresas estrangeiras, estão progressivamente cada vez mais presentes.

Vejamos os elementos desse processo de “propriedade cruzada” (rádio/televisão/jornais):

1. *propriedade cruzada e competição*. As empresas⁶² envolvidas nesse processo, numa competição extremamente acirrada, são obrigadas não apenas a parcerias, mas a cruzarem suas atividades, via fusões de empresas televisivas, radiofônicas, de jornalismo, de edição, de telecomunicações, de satélites, de TV a cabo, de internet, de programação, de computadores, de software e outras. Temos, assim, dois processos: o de fusão de empresas e o de fusão de atividades, que terminam produzindo processos de concentração que se encontram hoje no centro das discussões sobre a propriedade da mídia. **A propriedade cruzada tem, portanto, uma base econômica e tecnológica, inscrita que está numa lógica de sociedade.**

A propósito da experiência americana, sobretudo recente, muito tem se falado contra a propriedade cruzada, como se uma mesma empresa não devesse ser simultaneamente proprietária de jornal, rádio e televisão, como se a pluralidade dependesse de uma desvinculação, de um descruzamento dessa forma de propriedade. A discussão, pertinente para os EUA, deveria ser colocada em outros termos para o Brasil, **na medida em que, em nosso país, a pluralidade nasce, nos grandes centros urbanos e, em menor medida nos demais, de uma competição entre grupos econômicos, cada um dos quais tendo “propriedades cruzadas”**. Ou seja, a pluralidade e a competição estão asseguradas por uma disputa entre grupos que detém, individualmente, o controle de jornais, rádios e televisões.

Quanto à propriedade cruzada rádio/televisão/jornal, ela é indevidamente confundida com monopólio, pois, nas grandes capitais brasileiras, há efetivamente uma competição entre empresas “cruzadas”, que disputam entre si o mercado. O mercado nacional se caracteriza por uma forma de competição entre esses grupos que tem dado a feição própria da presente situação. Inclusive grupos que não têm essa forma de cruzamento desenvolvem-se com outros (internet, por exemplo) ou com a restrição de algum desses elementos (televisão e rádio ou jornal e rádio). Podemos pensar aqui em diferentes combinações segundo particularidades regionais.

Começemos por Porto Alegre. A RBS possui uma grande audiência e um número expressivo de leitores, porém daí não se segue qualquer “monopólio”. Ninguém vai penalizar a GM por vender muitos automóveis, nem a AMBEV pela cerveja. O desempenho das empresas é uma questão exclusivamente empresarial. O Estado possui três grupos “cruzados”: a RBS, a Rede Pampa e o Grupo Guaíba, todos três sendo proprietários de jornais (ZH, Diário Gaúcho, O Sul e Correio do Povo), rádios e televisões (TV Gaúcha, Tvcom, TV Pampa e TV Guaíba)⁶³. Ademais, o SBT está presente na TV, a Band com rádio e TV e o Estado com a TVE. Em São Paulo, temos a TV e rádio Cultura, estatal, a Gazeta, com TV e Rádio, a Globo com TV aberta e por assinatura, rádio e jornal, o Estado

⁶² Até um autor afinado com posições mais à esquerda, como Moraes, afirma: “As pretensões de auto-suficiência desfazem-se diante da exigência de vultosos recursos para sustentar a capacitação tecnológica, a diversificação produtiva, a pesquisa sistemática de inovações, a acirrada competição em mercados internacionalizados e o marketing global. Estes itens requerem integração de circuitos e equipamentos, de métodos de gestão e de interconexões de sistemas operativos.”, op. cit, p. 60.

⁶³ Cf. Paulo Tonet Camargo. *As comunicações no Brasil – Considerações*. Documento.

com jornal, rádio e agência, a Folha, com jornal, agência e UOL, a Record, com rádio e TV, a Band, com rádio e TV, a Jovem Pam com rádios, Abril com revista, TV aberta e por assinatura. No Rio de Janeiro, a Globo possui TV aberta e por assinatura, jornal, rádio, revistas, editora, provedor, a Band, TV e rádio, o SBT, televisão, a Record, TV, a Rede TV!, TV, Jornal do Brasil, jornal, agência e rádio, O Dia, jornal e rádio, CNT, TV. Em Belo Horizonte, a Globo possui TV aberta e por assinatura, rádio, os Diários Associados, TV, rádio, jornal e provedor, a Record, TV e rádio, Rede TV!, TV, Atalaia, rádio. Em Brasília, a Globo possui TV, os Diários Associados, jornal, rádio e provedor, a Band, TV, a Record TV, Organização Jaime Câmara, jornal, rádio e emissoras de TV em Goiás e no Tocantins, a Rede TV!, TV. Em Salvador, a Rede Bahia possui TV aberta e por assinatura, rádio e jornal, o Grupo A Tarde, jornal, rádio e provedor, a Band, TV e rádio, a TV Aratu, TV. Em Recife, a Globo possui TV aberta e por assinatura e rádio, o Sistema JC de comunicação, TV, rádio e jornal, o Grupo Nassau, TV e rádio, a Rede TV!, TV, os Diários Associados, TV, jornal e rádio. Em Fortaleza, o Grupo Edson Queiroz possui TV, jornal e provedor, o Jangadeiro, TV aberta e por assinatura e rádio, o Jornal O Povo, jornal, rádio e editora, a Rede TV!, TV, a Record, TV, a Rede União, TV e rádio. Em Belém, a Liberal possui TV aberta e por assinatura, rádio e jornal, a RBA, TV e rádio, a TV Guarujá, TV e rádio, a Marajoara, TV, o SBT, TV. Temos assim uma grande diversidade em cada capital, assegurando, desta maneira, a pluralidade da comunicação.

Não podemos esquecer que as economias modernas funcionam em grande escala, essa podendo ser dita inclusive uma condição de sobrevivência das empresas. **Qualquer tentativa de reduzir, no Brasil, o tamanho das empresas “descruzando-as”, propiciaria condições para que empresas internacionais viessem a comprar em melhores condições as empresas assim divididas, cujo valor seria irrisório para os grandes grupos midiáticos.** Em perspectiva global, os grandes grupos nacionais são “pequenos” e podem ser facilmente comprados por outros grupos internacionais. Devemos ter em vista essa perspectiva para que possamos melhor entender o escopo de medidas que deveriam ser tomadas. Poder-se-ia dizer que as tentativas de “descruzamento”, vindas, digamos, de posições de “esquerda”, fariam o jogo da “direita”, das grandes empresas multinacionais.

Os estudos e intervenções no sentido desse “descruzamento” denotam um certo ranço ideológico, confundindo audiência com monopólio e veiculando um preconceito anticapitalista e antiempresarial. A audiência é fruto da competência, de uma gestão eficaz, de estudos da opinião pública e de outros fatores que não podem ser confundidos com o monopólio. **Isto seria o equivalente a punir os bem sucedidos, como se isso fosse um pecado.** É como se fosse um vício ser uma grande empresa e, perversão maior ainda, fortalecê-la e ampliá-la. Ora, o que observamos em todos os ramos empresariais é uma forte concentração, que corresponde a essa fase do capitalismo, de tal maneira que só as maiores sobrevivem e se tornam competitivas. Isto é válido da produção de cerveja à siderurgia, passando pelo petróleo, extração mineral e todos os outros ramos de produção. No campo midiático, em particular, 6 ou 7 grandes empresas multinacionais controlam todo o mercado global, nascidas de um processo que tem se incrementado nos últimos anos e que não dá sinais de arrefecer.

Numa economia de escala, haveria espaço para que outras empresas nacionais conquistassem essa posição. Internamente, temos observado a constituição de grandes redes nacionais que aumentaram a competição entre si, estabelecendo outras proporções relativas no que diz respeito, por exemplo, à audiência. Estaria, portanto, tentado a dizer

que o ranço ideológico em questão decorre de estar vinculado a uma etapa quase vencida da revolução digital, que lança outros “produtos” a partir de outros cruzamentos ainda mais importantes e que marcarão as próximas décadas, se é que décadas não é também um padrão de medida também vencido pela extrema velocidade das transformações atuais. Como a consolidação democrática é recente em nosso país, há uma sensibilidade ainda maior em relação aos tradicionais meios de comunicação, tendo em vista o papel preponderante que tiveram em nossa história, sobretudo a mais recente;

2. um novo tipo de propriedade cruzada que progride rapidamente no Brasil – além de estar operante em todo o mundo em escala ainda maior – é o das empresas de telecomunicações e de internet, quase todas sob controle estrangeiro.

Internacionalmente, elas incluem, ademais, redes de televisão aberta e paga, rádios, jornais, revistas, produção cinematográfica, editoras, produção musical e outras atividades afins. Velhos e novos atores se disputam febrilmente esse mercado. Associações entre empresas não cessam de ocorrer. Estabelecem-se assim, em nosso país, condições especiais para o desenvolvimento dessas companhias⁶⁴ que, não regulamentadas, progridem no cruzamento digital, financeiro e tecnológico, relegando as empresas nacionais a uma posição secundária. São conglomerados cuja plataforma oferece condições particulares de competitividade para as empresas de internet. Atentemos que, segundo a lei, empresas de comunicação não poderiam veicular conteúdo, programas, informação. Ora, é isso que é precisamente feito com a internet. Da mesma maneira, notícias serão transmitidas por telefones celulares. Num futuro próximo, computadores poderão ter acesso a televisões abertas e pagas no Brasil e em todo o mundo. Esse mudará de face nos próximos anos e uma regulamentação deveria estar preocupada com nossa posição em um mundo globalizado.

Tomemos, então, o nosso caso. A Brasil Telecom tem como empresa de internet a iBest, a Telemar, a iG, e a Telefônica, o portal Terra. Estabelece-se assim um cruzamento entre empresas de telecomunicação e de comunicação. Essas empresas cruzadas, seguindo a tendência global, tendem a se tornar grupos multimídia, aumentando a sua área de atividade, e ingressando ainda mais diretamente na produção e transmissão de conteúdo. **Os grandes grupos nacionais ficariam em uma situação de inferioridade.** Não é supérfluo reiterar que os Estados normalmente defendem os interesses de suas empresas. Os EUA são o melhor exemplo disto. A União Européia e o Japão não ficam tampouco atrás;

3. a elaboração de um marco regulatório deveria estar, sobretudo, voltada para as atividades e cruzamentos que se desenham no horizonte, estando já particularmente presentes. Um marco regulatório, em meu entender, deveria antecipar o que vai acontecer, o futuro, a partir das sinalizações atuais. Não deveria voltar-se, senão para aperfeiçoamento e correção de distorções, para situações consolidadas em nosso passado, como é o caso da propriedade cruzada rádio/televisão/jornais. Um marco regulatório que descruzasse as empresas de rádio/televisão/jornais significaria uma intervenção num mercado que funciona competitivamente entre grupos “cruzados”, propiciando o pluralismo e uma economia de escala, ambos necessários para o desenvolvimento de uma sociedade e economia modernas. Uma interferência aqui, em um processo amplamente consolidado e

⁶⁴ Cf. Nicolaewsky, Luiz. *Uma reflexão sobre concentração nos meios de Comunicação Social Brasileiros*. 06/11/2003. Documento.

que corresponde às nossas tradições e história, poderia causar uma profunda desorganização. Ela criaria um campo particularmente propício para ingerências governamentais e partidárias de um lado, e, de outro, engendraria condições de absorção dessas empresas por grandes conglomerados internacionais, que assimilariam esse processo sem maiores dificuldades, pois suas operações de escala pelo mundo suportam perfeitamente essa absorção. **Essas empresas multinacionais permaneceriam cada vez mais cruzadas no campo internacional e, ademais, se aproveitariam do descruzamento nacional. Paradoxalmente, os grandes grupos internacionais “cruzados” seriam os grandes beneficiários do “descruzamento” das empresas de rádio, de televisão e de jornais.** Mexer com um processo deste tipo pode ser fonte de graves perturbações.

Por outro lado, **há todo um processo em curso, apenas iniciado e pouco consolidado, e que diz respeito às vinculações cruzadas entre empresas de telecomunicações e de internet, que podem rapidamente evoluir para outros ramos da atividade midiática.** O cruzamento em questão diz respeito às empresas de telecomunicação e de comunicação, digamos entre empresas de “forma” e de “conteúdo”, pois as primeiras seriam as que oferecem as condições “formais” de comunicação, plataformas e satélites, e as segundas o seu “conteúdo”, programas e o que é comunicado. Reiteremos que esse processo já se encontra bastante adiantado em escala planetária, sendo pouco estudado no Brasil e, menos ainda, regulamentado.

A internet é a mídia do futuro, onde ocorrerá provavelmente com maior força a convergência digital. Se empresas de telecomunicações controlarem, sem nenhuma regulamentação, os satélites, as plataformas e a produção de conteúdos, poderemos ter, aí sim, uma situação de monopólio, exercido de fora, e afetando decisivamente a opinião pública nacional. A identidade nacional se caracteriza por uma comunidade de costumes, condutas e valores que remonta à nossa própria história. Cada país preserva a sua própria identidade, seja ele o Brasil, a Inglaterra, a França, o Japão ou os EUA. E os meios de comunicação são um fator central desse processo. **Ressaltemos que estamos no começo desse processo, nada de definitivo estando pelo momento configurado, de tal maneira que uma regulamentação, nesse domínio, poderia ter conseqüências benéficas tanto do ponto de vista do pluralismo da comunicação quanto do desenvolvimento das empresas nacionais em condições de competitividade.** Aliás, se tivermos que focar a questão da regulamentação do ponto de vista do interesse nacional, deveríamos suscitar o problema de que a Embratel linca a rede televisiva nacional, pública e privada. Ela o faz via satélites que são de propriedade estrangeira. Inclusive uma fala presidencial se faz em “ondas estrangeiras”. O mesmo vale para as comunicações militares. Trata-se de um problema nacional que deverá ser enfrentado;

Competição e pluralismo. A competição pelo mercado tem se traduzido, ao contrário do que é normalmente apregoado, por uma situação de crescimento de empresas privadas, educativas, culturais e religiosas, cujo efeito é um maior pluralismo em nossa mídia. A lógica do mercado tem, com efeito, propiciado uma maior expansão de emissoras e de retransmissoras. **O pluralismo é, hoje, certamente muito maior do que foi no passado.** Cada rede aumenta o número de suas emissoras e retransmissoras, ocupando um espaço cada vez maior do mercado, sem que se estabeleça uma situação de monopólio. As redes privadas competem entre si, as redes religiosas, católicas e evangélicas, estabelecem o mesmo tipo de competição, enquanto o número de geradoras educativas e culturais aumentou significativamente. Neste sentido, a história de nossa mídia deve ser distinguida,

por exemplo, da americana, pois o pluralismo tem se consolidado entre nós. O nosso mercado não produziu o efeito paradoxal de fechar-se, como acontece em alguns países ou ramos industriais. Indubitavelmente, o número de redes privadas, educativas, culturais e religiosas, com suas retransmissoras, é hoje muito maior do que no passado, cobrindo todo o território nacional. Vejamos:

1. *competição entre as grandes redes televisivas nacionais.* Segundo dados de outubro de 2003, as cinco maiores redes de televisão, Globo, SBT, Band, Record e Rede TV, estão em uma franca relação de competição, com clara preponderância da Rede Globo sobre as demais, sem que se possa, no entanto, dizer que tenhamos uma situação de monopólio. Se é bem verdade que, no passado, a posição da Globo já foi de uma maior predominância, influenciando decisivamente na política do país, hoje temos um mercado competitivo, que se traduz pelos números abaixo:

	Globo	Band	Rede TV	Record	SBT
TV	92	30	11	36	46
RTV	1369	481	167	409	669

Somando as redes Band, Rede TV, Record e SBT, temos um total de 123 emissoras e 1726 retransmissoras, superando o número individual da Rede Globo, o que mostra que essa empresa já não detém hoje a mesma posição que usufruía. Ocorre, nesse setor, o mesmo que em outras atividades empresariais, com algumas empresas de ponta liderando o mercado, sem prejuízo de que outras atuem da mesma maneira. Se tomarmos a relação entre a primeira e a segunda empresa, Globo e SBT, veremos que essa última, sozinha, tem 50% do número de emissoras em relação à primeira e, no que diz respeito ao número de RTVs, 48%. O próprio então Ministro das Comunicações, Deputado Miro Teixeira, declarou, numa audiência pública na Comissão de Ciência Tecnologia Comunicação e Informática da Câmara, em 4/11/2003, que no **“Brasil, já houve, mas não existe mais, concentração na mídia. E as cinco maiores geradoras nacionais de tevê aberta competem em condições equivalentes”**⁶⁵.

A cobertura dos lares brasileiros é, por sua vez, nas grandes redes, a seguinte⁶⁶:

Globo- 99,59%
 SBT - 97,34%
 Bandeirantes - 88%
 Record - 73,01%
 CNT - 35,46%
 RedeTV - 80,88%.

Esse dado mostra a situação praticamente de igualdade entre a Rede Globo e o SBT do ponto de vista da cobertura, vindo a Bandeirantes logo atrás, com a Rede TV e a Record. Neste sentido, não se pode falar tampouco de um monopólio, nem de um oligopólio, pois essas redes se encontram num processo de franca competição, aumentando os seus meios tecnológicos visando a atingir a todos os lares brasileiros que possuem televisão. Ademais, ao utilizarmos o conceito de rede, o fizemos com o intuito de sublinharmos um tipo de cobertura nacional, de conteúdo, distinguindo-o da propriedade dos meios de comunicação.

⁶⁵ Samuel Possebon, Carta Capital n° 244.

⁶⁶ Fonte: Mídia dados - 2003 (Grupo de Mídia de São Paulo).

Com efeito, no interior de cada rede temos uma segmentação e divisão da propriedade, pois um número expressivo de proprietários regionais e municipais compra direitos de retransmissão. Devemos, pois, distinguir a propriedade de uma empresa cabeça da rede da propriedade das empresas que retransmitem uma mesma programação;

1.1. *retransmissoras*. Se tomarmos o número de retransmissoras no período 1997-2000, constataremos que a maior rede é seguida de perto pela segunda, que somada com a terceira ultrapassam o número de retransmissoras da primeira. Se os números são tão próximos, fica difícil afirmar uma situação qualquer de monopólio. Observemos igualmente que a soma das RTVs educativas e culturais perfaz 120 retransmissoras, colocando-as entre a terceira e a quarta rede privada. **Logo, não podemos dizer que tenha havido um encolhimento das retransmissoras educativas e culturais. Da mesma maneira, houve um crescimento das retransmissoras religiosas, que somam 184 (166 católicas e 18 evangélicas).**

	1997	1998	1999	2000	Total
GLOBO	112	4	117	109	342
SBT	99	29	89	54	271
RECORD	26	10	51	43	130
BAND	77	8	17	8	110
REDE VIDA	6	29	41	15	91
TVE	20	-	42	17	79
MANCHETE	64	3	-	-	67
FPA	-	-	41	21	62
CARISMÁTICA	-	-	17	42	59
CBI	36	-	13	-	49
CULTURA	41	-	-	-	41
CNT	11	-	21	7	39
GAZETA	-	1	23	10	34
MTV	11	-	2	3	16
REDE MULHER	-	-	13	1	14
SHOP TOUR	-	-	6	4	10
REDE TV!	-	-	7	2	9
REDE 21	-	-	-	5	5
Outras	2	3	4	1	10
Total	505	87	504	342	1.438

2. *competição entre empresas educativas, culturais e privadas de televisão*. Devemos frisar que o Brasil possui uma importante rede de televisões educativas e culturais que se espalham por todos os estados da União. O seu número é importante, embora desproporcional em relação às retransmissoras, que não acompanham proporcionalmente o seu número. A razão dessa desproporção deve provavelmente residir na falta de investimentos e nas carências crônicas do poder público brasileiro. Não se trata, portanto, de um oligopólio de empresas privadas em detrimento das públicas, mas do não

comprometimento dos entes federativos com suas respectivas empresas de comunicação. Darei alguns exemplos de sua importância: a) em Minas Gerais, há 41 TVs educativas contra 10 da Rede Globo. Num cálculo global, que engloba a todas as outras emissores, as TVs educativas respondem por 63%; b) em São Paulo, há 22 TVs educativas contra 11 da Rede Globo. O percentual em relação a todas as empresas televisivas ascende a 30%; c) no Paraná, há 16 TVs educativas contra 8 da Globo. O percentual global é 35 %; d) no RJ, há 5 TVs educativas contra 4 da Globo. O percentual global é 27%; e) no Rio Grande do Sul, há 6 TVs educativas contra 12 da Rede Globo. O percentual total é 14%; e) em Pernambuco, há 3 TVs educativas contra 3 da Globo. O percentual global ascende a 27%; f) na Bahia, há 3 TVs educativas contra 6 da Globo. O percentual global é 20%; f) no Pará, há 2 TVs educativas contra 2 da Globo. O percentual total é 16%.

Usei a Rede Globo como sistema de referência por ser a maior rede nacional, o que torna esses números mais elucidativos. Talvez uma tarefa que se imponha aos estados e mesmo à União seria o fortalecimento de suas TVs educativas via maiores recursos, uma maior profissionalização e uma qualificação correspondente de seu pessoal, de modo que elas possam melhor preencher as suas funções e aumentar a sua audiência.

O Brasil, segundo dados de outubro de 2003, possui um total de 445 emissoras, das quais 141 são educativas e 6 religiosas (segundo outros cálculos, teríamos 8 TVs confessionais). Tratando-se de uma mesma tabela, utilizarei 6 como número de referência, para que possamos ter um referencial mais preciso. **Logo, o número de emissoras privadas é 298, o que faz com que as emissoras educativas ocupem um percentual de 47% de toda a plataforma nacional de geradoras.** Diante desses dados, fica difícil caracterizar a rede privada comercial como ocupando uma posição de oligopólio. A conclusão que se imporia é a de que temos hoje no país, mais do que no passado, um mercado concorrencial que assegura o pluralismo da informação.

2.1. *geradoras educativas.* Observemos o **significativo aumento de emissoras educativas no período 2000-1, perfazendo um total de 112 TVs, contrastando com todo o período anterior, que soma apenas 24 emissoras.** Há, portanto, aqui uma forte expansão da rede estatal, que cresce 466%.

	Desconhecido	1966	1971	1972	1974	1975	1980	1982	1983	1984	1985	1986	1988	1993	1998	1999	2000
AC																	
AL					1												
AM														1			
AP																	
BA								1									
CE									1								
DF						1											2
ES									1								1
GO	1																
MA																	1
MG			1							1			1				3
MS													1				
MT																	
PA											1						1

PB																		1
PE		1																
PI	1											1						
PR													1	1				3
RJ													1					1
RN				1														
RO																		
RR																		
RS								1										1
SC																1		2
SE										1								
SP							1									1		4
TO																		1
Total	2	1	1	1	1	1	1	2	2	2	1	1	4	2	1	1		21

3. *as redes religiosas*. As emissoras religiosas e suas retransmissoras configuram um outro terreno em que o pluralismo da comunicação se realiza em nosso país. Elas disputam com as outras TVs a opinião pública, sob a forma da consciência religiosa. Ao contrário das TVs educativas, o seu número é pequeno, enquanto o de suas RTVs é grande. Segundo dados de outubro de 2003, o número de emissoras confessionais é 8, distribuídas entre 4 católicas e 4 evangélicas. Chama atenção o número reduzido de TVs, o que se explica pelo conteúdo transmitido, pois as coisas religiosas, tratando do absoluto, não carecem de uma multiplicidade de emissoras. Basta um centro transmissor da mensagem religiosa que é difundida pelas RTVs. Isto implica uma redução de custos, menor programação e uma maior visibilidade nacional, graças à constituição dessa forma de rede. Para elas, o mais importante é o número de retransmissoras: 282. Elas estão assim distribuídas:

Família- Record/Universal. Emissoras de TV: 2, RTVs: 10.

Século XXI - Católica de Campinas. TV: 1, RTVs: 14.

João Paulo II - Católica de Cachoeiro Paulista. TVs: 2, RTVs: 208.

RIT - Do R.R Soares. TV: 1, RTVs: 50.

Mulher – Record/Universal⁶⁷: TV: 1, RTVs: 41.

Vida – Católica: TV: 1, RTVs: 427.

Observamos por esses dados uma clara preponderância da religião católica em relação às evangélicas no que diz respeito ao número de RTVs: 649 contra 101. Se, no entanto, considerarmos a transmissão de programas religiosos em emissoras comerciais, algumas de propriedade de evangélicos, constataremos o crescimento de uma programação evangélica na TV brasileira⁶⁸.

Logo, as formulações de De Lima terminam por ser também parciais do ponto de vista religioso, pois, segundo o critério utilizado, haverá ou não uma preponderância das

⁶⁷ A programação dessa rede não é totalmente religiosa. A Rede Record não é incluída entre as emissoras religiosas, embora seja de propriedade da Igreja Universal, por ser a sua programação essencialmente comercial.

⁶⁸ Caberia aqui ressaltar a distinção entre a titularidade e a programação no que diz respeito às igrejas, pois da titularidade de uma emissora comercial, não se segue que sua programação seja preponderantemente religiosa como é, por exemplo, o caso da Record. Ou ainda, a titularidade da Band não é religiosa, porém ela tem um horário religioso.

Igrejas evangélicas. **Aliás, é muito salutar que se estabeleça, também no campo religioso, o pluralismo, embora cada religião em particular tenha a pretensão do absoluto e da palavra verdadeira. Tal não é, no entanto, a função do Estado democrático, voltado para o pluralismo em todos os setores da consciência.** Parece que estamos diante não de um conceito, mas de um pré-conceito. Com efeito, esse autor, ao se posicionar contra o atual processo de concentração de propriedade dos meios de comunicação no Brasil, tem como alvo a “entrada de um novo e poderoso ator nacional no setor: as igrejas, sobretudo, as evangélicas”⁶⁹. O argumento, pelo que acabamos de expor, não deixa de ser curioso, pois se se tratasse de uma igreja que compartilhasse o credo da “teologia da libertação”, a sua posição seria provavelmente outra. Ademais, e esse é o traço irônico da questão, o “governo Lula distribuiu poucos canais em 2003 – e quase todos para Igrejas”⁷⁰.

No novo governo, em 2003, incluindo os dados relativos a TV Nazaré de janeiro de 2004, foram outorgadas 78 retransmissoras em 2003, assim distribuídas:

71 para a Fundação Nazaré (Católica de Belem)

3 para a Boas Novas (evangélicos): Rio de janeiro, São Paulo e Campinas

4 para emissoras comerciais.

Observa-se aqui um nítido privilegiamento de outorga de retransmissoras para as redes religiosas em detrimento das privadas e, dentre as religiosas, dois pontos merecem ser considerados: a) a Fundação Nazaré surge como uma rede já forte, cobrindo as principais capitais da região Norte, além de cinco do Maranhão (incluindo São Luís)⁷¹; b) a rede Boas Novas, embora o seu número de RTVs seja aparentemente pequeno, tem um amplo raio de cobertura por abranger as duas maiores cidades brasileiras, São Paulo e Rio, além de Campinas;

Posição do telespectador e direito ao lazer. A posição do espectador, do ouvinte ou do agente de uma relação digital interativa não é necessariamente a de um cidadão e, menos ainda, a de um indivíduo partidariamente ativo. Boa parte das análises dos fenômenos midiáticos e digitais insiste na apatia e no desinteresse que seriam produzidos por nossos meios de comunicação. **Devemos, porém, partir de uma singela pergunta: por que os telespectadores, os ouvintes e os agentes interativos deveriam ter uma posição política ou necessariamente deveriam se preocupar com os assuntos considerados por políticos ou formadores de opinião como de interesse público?** Não poderiam eles se preocupar com o seu entretenimento, depois de um dia de trabalho ou simplesmente porque gostam de ouvir um espetáculo musical, ver uma telenovela ou um filme? Trata-se de um direito do indivíduo em sua vida privada que, para efeito de nossa análise, poderia ser denominado de direito ao lazer ou ao entretenimento.

Em relação às diferentes alternativas que se oferecem ao telespectador, **devemos sempre ter presente ao espírito que a liberdade de escolha pertence àquele que pode perfeitamente escolher um outro canal.** Assim, se o telespectador se encontra só com programas de variedades, cria-se a exigência de um programa de maior qualidade, que pode

⁶⁹ De Lima, op. cit., p. 96.

⁷⁰ Daniel Castro, Folha on Line, 30/12/2003.

⁷¹ Daniel Castro, Folha de São Paulo, Ilustrada, E4, 27 de janeiro de 2004.

ser perfeitamente suprido por um outro canal privado ou público. A competição se dá por programas que atraiam a atenção e não sejam mal feitos, como acontece freqüentemente, no Brasil, com os canais privados ou públicos. Esses últimos, por sua vez, se caracterizam, na maior parte dos casos, por suas monótonas repetições de posições governamentais. Como escreve Michel Souchon: “...uma parte não negligenciável do público pode muito bem escolher um programa mais exigente, com a condição de que ele seja capaz de atrair a sua atenção, comover, abrir seus horizontes”⁷².

O viés ideológico na crítica da “miscelânea cultural” é particularmente presente em alguns autores que procuram nela ancorar uma posição anti-americana que é, na verdade, preparatória a uma crítica ao padrão cultural da TV brasileira. Assim, essa “miscelânea cultural” é identificada à expansão dos fast-food pelo planeta, da qual nem “a Cuba socialista estaria imune”⁷³. A presença da cadeia McDonald’s é considerada como um exemplo do mesmo tipo daquele que ocorre com a mídia, como se os indivíduos estivessem compelidos, obrigados, a comer Bic Mac. Podemos optar por um bauru, por um misto quente, por um cachorro quente, por uma feijoada, por um churrasco, por comida alemã, francesa, chinesa, japonesa, tailandesa e assim indefinidamente. E se um empresário quiser fazer uma grande rede internacional de feijoada é algo que diz respeito exclusivamente à sua capacidade de iniciativa e de empreendimento. Que alguém queira ou não comer um cheeseburger tipo americano é algo que concerne tão e exclusivamente a essa pessoa, não cabendo ao Estado estabelecer nenhum tipo de regulamentação. **Trata-se da liberdade de escolha que deve ser preservada enquanto tal.** Ou cabe ao Estado determinar o que vou comer?

A TV paga está, por sua vez, cada vez mais voltada para o atendimento do lazer da população em geral numa escala planetária, procurando preencher nichos determinados de mercado. Assim, temos canais infantis, para as mulheres, para os que gostam de documentários, para os que gostam de filmes, etc. As necessidades de mercado, por assim dizer, balizarão esse processo, que se caracteriza por uma uniformização cultural, onde o geograficamente distante se torna digitalmente próximo. Ocorre, contudo, que os gostos não se uniformizam dessa maneira, e cria-se, inclusive por razões publicitárias, a necessidade de que gostos particulares sejam regionalmente satisfeitos. Isto ocorre também na regionalização de sinais na TV por assinatura, de tal maneira que uma rede nacional pode transmitir uma publicidade particular que responda aos interesses de uma região determinada e, mesmo, contemplar um programa regional. **Há, portanto, em curso, uma diversificação cultural que é a contra-parte de uma centralização da propriedade dos meios de comunicação.** A massificação cultural tem igualmente como contrapartida uma segmentação e diversificação culturais. A MTV brasileira, por exemplo, dedica boa parte de sua programação à música brasileira, correspondente a nossos gostos culturais.

Identidade nacional. Não podemos esquecer que somos um grande país, inserido em um continente de língua espanhola, cuja parte norte é de língua inglesa. Os EUA são o maior produtor audiovisual do mundo e a Espanha se tornou o país com maior investimento de capital no país a partir de 2000. O Brasil, por sua vez, é o maior produtor cultural em língua portuguesa no mundo. O interesse que grandes investidores e grupos econômicos têm pelo nosso país coloca também um problema de ordem cultural, relativo à nossa própria

⁷² Souchon, Michel. “A pesquisa e o aperfeiçoamento da mídia”. IN: Bertrand, op. cit., p. 340.

⁷³ Moraes. *Planeta Mídia*, p. 17.

identidade. Cada grande grupo midiático tende, naturalmente, a impor os seus próprios padrões culturais, quando mais não seja por familiaridade ou por economia. **Vivemos em um mundo que desconhece as fronteiras geográficas.** Num mundo digital, as formas de preservação de identidades nacionais derivam de identidades culturais e de empresas nacionais, onde a concorrência impera. Já não é possível fechar fronteiras, como o mundo estava acostumado a fazer até o século XX. O século XXI se abre sob a égide de uma completa alteração daquilo que entendíamos por fronteira. Trata-se, agora, de propiciar e de desenvolver formas de identidade cultural, enraizadas em nossa história e confrontadas com um mundo globalizado presente em nosso dia a dia, na rádio, na televisão, nos jornais e na internet. Estabelece-se um processo de intercâmbio, de absorção ou de mútua interação, dependendo de como cada país põe em cena seus próprios valores e suas empresas. Há hoje uma vinculação necessária entre empresas e cultura ou identidade nacional, pois o mundo digital possui uma lógica própria que interliga a economia, a sociedade, a nação e a cultura.

A produção de conteúdos é fundamental do ponto de vista do desenvolvimento da cultura nacional. Quanto mais o Brasil produzir os seus próprios programas, menos ficará ele dependente de modelos culturais importados. Se olharmos a nossa própria história, veremos que a nossa teledramaturgia, nos anos 50/60, propiciou uma representação de nossa própria identidade a partir de nossos próprios valores. Nos anos 70, o processo foi de outro tipo, com a importação de programação feita em outros países, sobretudo nos EUA, tendo como conseqüência, a generalização, entre nós, do modo de vida americano. Se recuperarmos agora nossa própria dramaturgia, teremos como efeito a valorização de nossos costumes, criando cultura nacional e produzindo produtos que poderiam suprir tanto o mercado nacional, como o internacional.

Estamos particularmente bem posicionados neste processo se considerarmos que possuímos uma televisão de alta qualidade e somos produtores de cultura, cobrindo, com essa produção, todo o território nacional e o unificando segundo um determinado padrão. **Estamos, portanto, diante da tarefa de emprendermos o fortalecimento de uma cultura nacional num mundo globalizado.** Trata-se da preservação de nossas características através de uma produção artística de qualidade em língua portuguesa. Se não o fizermos, outros padrões tenderão a se impor, sem que nenhum ato governamental possa fazer qualquer coisa contra isso, pois, nesse novo mundo, o poder dos Estados nacionais tornou-se mais reduzido. Salvo, evidentemente, se um país optar por fechar completamente as suas fronteiras, voltando a uma era pré-capitalista, com todo o seu cortejo de mortandades, como foi amplamente mostrado pela experiência comunista, com seus descendentes ainda vivos.

Um país se reconhece em suas ficções, em suas encenações de si, tais como aparecem em obras literárias, artísticas, filosóficas e científicas. Neste processo de reconhecimento, se opera uma forma de identificação que é apropriada por cada um. Com o advento e desenvolvimento da radiodifusão e, especialmente, da televisão, as imagens começaram a ganhar uma posição preponderante em relação à palavra escrita e mesmo sonora se essa não vier acompanhada das imagens correspondentes. Passamos a viver num mundo também imagético, onde a presença visual comparece como uma forma mesma da verdade. Tendemos, por assim dizer, naturalmente, a crer mais numa imagem do que num testemunho verbal ou mesmo numa palavra escrita. Logo, ficções como telenovelas ou notícias televisivas tendem a ter um impacto e importância crescentes, pois esse processo de reconhecimento se torna menos “literário” e mais “visual”. Impõe-se, portanto, que empresas, privadas e estatais, guardem um controle nacional, incluindo a produção de

programas, de modo que possamos enriquecer a nossa cultura neste processo que inclui a assimilação de programas feitos nos grandes centros internacionais. Ou seja, para que o intercâmbio seja frutífero e a competição eficaz, devemos ter empresas nacionais fortes que se imponham por sua própria capacidade. **É tarefa do Estado contribuir para que empresas nacionais sejam bem sucedidas em seus empreendimentos.**

Por último, ressaltamos que o artigo 221 da Constituição Federal traz as linhas mestras de como deve ser o conteúdo da radiodifusão brasileira. O cidadão deve receber informações de caráter internacional, nacional, regional e local. Qualquer modelo que inviabilize o cumprimento dessa diretriz estará prestando um desserviço à cidadania. **Portanto, o que se tem de verificar não é a questão da propriedade dos meios de comunicação ou a sua propriedade cruzada, mas a obediência às suas finalidades constitucionais.** O modelo atual propicia esse cumprimento, pois as empresas cabeças de rede têm propriedade distinta das empresas regionais que asseguram a pluralidade e a diversidade da informação.